

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA

LUCAS COSTA NEVES ROCHA

**INVESTIGAÇÕES EM PRAGMATISMO SEMÂNTICO:
ANALOGIAS E DESSEMELHANÇAS ENTRE QUINE E BRANDOM**

MACEIÓ
2017

LUCAS COSTA NEVES ROCHA

**INVESTIGAÇÕES EM PRAGMATISMO SEMÂNTICO:
ANALOGIAS E DESSEMELHANÇAS ENTRE QUINE E BRANDON**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Filosofia Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho

MACEIÓ
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

R672i Rocha, Lucas Costa Neves.
 Investigações em pragmatismo semântico : analogias e dessemelhanças entre Quine
 e Brandom / Lucas Costa Neves Rocha. – 2017.
 50 f. : il.

Orientador: Marcos Antônio da Silva Filho.

Monografia (Especialização em Filosofia Contemporânea) – Universidade Federal
de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de
Pós- Graduação em Filosofia. – Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 49-50.

1. Quine, Willard Van Orman, 1908-2000. 2. Brandom, Robert B., 1950- .
3. Holismo semântico. 4. Inferencialismo semântico. 5. Pragmática. I. Título.

CDU: 141:37. 01

À minha filha Amandy... Que meus esforços sirvam como modelo.

AGRADECIMENTOS

Partilho da compreensão de que um sujeito não se produz só, mas sim que é produto de um ambiente seletivo que fortalece nele respostas específicas. Sendo assim, as conquistas comumente atribuídas à perseverança, à dedicação ou à força de vontade de um sujeito são, na realidade, produtos de um contexto seletivo que o transcende. Neste sentido, agradeço de antemão a todos que de alguma forma contribuíram em minha formação escolar e acadêmica, selecionando comportamentos de disciplina e enfrentamento, fortalecendo um repertório que garantiu a conclusão desta etapa.

Posto isso, agradeço especialmente:

Ao Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho, pela orientação, apoio e motivação.

Aos examinadores, pelas contribuições já feitas e pelas que não de vir.

Aos professores do curso, pelas inúmeras horas de conhecimento compartilhado.

Aos colegas do curso, pela partilha de saberes e pela camaradagem.

Aos meus familiares, pela confiança.

À minha esposa, Karina, pela dedicação à família, por ser um modelo de perseverança e enfrentamento e pelo carinho e paciência com que me ajudou a enfrentar as adversidades encontradas durante o curso.

À minha filha, pelo carinho e por gerar em mim um sentimento de felicidade indescritível sempre que a vejo.

O que resulta da associação de frases com frases é a vasta estrutura verbal que está ligada, primariamente como um todo, de forma variada à estimulação não verbal.

Willard Van O. Quine

De um ponto de vista cognitivo, o domínio de um único conceito é como um som do aplauso feito por apenas uma mão.

Robert B. Brandom

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de pesquisa a posição holista em semântica, especificamente as teses desenvolvidas por Quine e Brandom em seus respectivos sistemas filosóficos para tratar do problema do significado. Objetiva-se estabelecer um diálogo introdutório entre os autores de interesse, a fim de identificar analogias e dessemelhanças entre as teses desenvolvidas por eles. Acredita-se que serão identificadas similaridades entre os modelos que permitirão adotar a compreensão inferencial proposta por Brandom ao menos para se pensar o Holismo Semântico quineano. Entretanto, ainda não é possível afirmar se as interconexões, propostas por Quine, acomodam em seu sistema modelos explicativos racionalistas, como o desenvolvido por Brandom. A perspectiva pragmática aparece como dimensão a ser analisada a fim de tecer aproximações e distanciamentos entre os autores. Nela, residem aspectos que favorecem o diálogo e aspectos que delineiam limites.

PALAVRAS-CHAVE: Quine, Brandom, Holismo Semântico, Inferencialismo Semântico, Pragmática.

ABSTRACT

This paper aims to research the holistic position in semantics, specifically the theses developed by Quine and Brandom in their respective philosophical systems to deal with the problem of meaning. It is intended to establish an introductory dialogue between the authors of interest, in order to identify analogies and dissimilarities between the theses developed by them. It is believed that similarities will be identified between the models that will allow to adopt the inferential understanding proposed by Brandom at least to think the Semantic Holism of Quine. However, it is still not possible to state whether the interconnections, proposed by Quine, accommodate rationalist explanatory models, such as that developed by Brandom. The pragmatic perspective appears as a dimension to be analyzed in order to make approximations and distances between authors. In it, there are aspects that favor dialogue and aspects that draw limits.

KEY WORDS: Quine, Brandom, Semantic Holism, Semantic Inferentialism, Pragmatic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 HOLISMO SEMÂNTICO: A TESE HOLÍSTICA DE QUINE	13
2.1 A Recusa à Distinção entre Analíticos e Sintéticos e ao Reducionismo: uma via para o Holismo Semântico	13
2.2 A Inescrutabilidade da Referência: outra via para o Holismo Semântico	20
3 INFERENCIALISMO SEMÂNTICO: A TESE HOLÍSTICA DE BRANDOM	25
3.1 Holismo Semântico e Termos Correlatos em <i>Articulando Razões</i>	25
3.2 Oposições Binárias, Escolhas Estratégicas e Compromissos: caracterizando o Inferencialismo Semântico	26
3.3 Principais Escolhas Estratégicas e o Compromisso com a Perspectiva Holística	33
4 ANALOGIAS E DESSEMELHANÇAS ENTRE QUINE E BRANDOM: A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA	36
4.1 A Pragmática	36
4.2 Pragmática em Quine e Brandom: analogias e dessemelhanças	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem o holismo em semântica como objeto de pesquisa, especificamente as teses desenvolvidas por Willard Van Orman Quine e Robert B. Brandom em seus respectivos sistemas filosóficos para tratar do problema do significado. Nestes termos, objetiva, fundamentalmente, estabelecer um diálogo introdutório entre Quine e Brandom a partir de suas respectivas teses holísticas, a saber: Holismo Semântico e Inferencialismo Semântico.

O holismo pode, em linhas gerais, ser compreendido como qualquer posição que se contraponha à redutibilidade do todo à soma das partes. Distinguem-se principalmente dois tipos de holismo: semântico e epistemológico. O holismo semântico se refere à tese segundo a qual o sentido de uma expressão é dependente da linguagem a que pertence como um todo ou de parte significativa desta. O holismo semântico se contrapõe ao atomismo semântico, tese que defende a independência do significado de uma representação atômica diante de todas as demais que compõem o mesmo sistema representacional. O holismo epistemológico, por sua vez, é compreendido como tese segundo a qual dada hipótese carece de conteúdo empírico se não for considerada na rede de relações lógicas que tem com a totalidade ou parte relevante da teoria a qual pertence (SÁGUA, 2006, p. 386-387).

Sabe-se que Quine e Brandom são pragmatistas e partidários de uma perspectiva holística para tratar do problema do significado. Vale salientar que a perspectiva pragmatista aqui mencionada se refere à dimensão do uso como aspecto fundamental para que elementos linguísticos ou mesmos sistemas linguísticos como um todo tenham significado. Entretanto, adotar pressupostos pragmatistas e desenvolver teses semânticas holísticas não é suficiente para tecer grandes generalizações entre os autores.

Os autores de interesse deste trabalho são posteriores a um movimento revolucionário no desenvolvimento da filosofia ocidental denominado Virada Linguística, movimento este ocorrido no século XX. Em linhas gerais, tal movimento filosófico defendia a primazia da linguagem para o desenvolvimento de capacidades como o raciocínio. Em outros termos, defendia a tese que a mente não se refere para o real e explora-o sem a linguagem, pois esta não é apenas a ferramenta através da qual expressamos pensamentos (caráter meramente instrumental) e, sim, o fundamento deste e a única forma pela qual o acessamos. Tal postulado se desdobrará em diferentes áreas da filosofia, a saber: filosofia da mente, filosofia da linguagem, epistemologia, dentre outras.

Quanto aos autores e suas proposições, é pertinente tecer algumas considerações preliminares desde esta introdução. Quine é um empirista moderado que adota como único critério seguro, viável e aceitável para se decidir entre a verdade ou a falsidade de uma sentença, o critério de evidência empírica. No entanto, reconhece que as teorias produzidas por nós para explicar o mundo vão muito além da evidência empírica dos sentidos. A impossibilidade de levar a cabo teorias verificacionistas/reducionistas do significado, teorias que afirmam a possibilidade de um enunciado sobre o mundo físico ser reduzido a termos que se referem a dados sensoriais, leva-o à adoção de critérios pragmatistas e ao desenvolvimento de uma tese holística peculiar. Tal tese suscita reflexões relacionadas ao problema do significado e ao desenvolvimento de sistemas linguísticos complexos, como a própria ciência.

Dois casos paradigmáticos são importantes para o desenvolvimento do sistema filosófico semântico de Quine, a saber: a) aprendizagem de uma língua nativa totalmente desconhecida por parte de linguistas; b) aprendizagem da língua materna pelas crianças. A partir destes, Quine desenvolve um modelo explicativo robusto para o que fora apresentado, ainda em estado germinal, no ensaio *Dois Dogmas do Empirismo* (1951), em sua clássica crítica à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e ao reducionismo.

Para Quine, a totalidade da ciência ou de outro sistema de conhecimento qualquer pode ser representada como um campo de força, cujas condições limites são a experiência. Um conflito com a experiência na periferia do campo exigirá reajustes no interior deste. O reajuste de enunciados específicos implicará necessariamente reavaliação e reajuste de outros enunciados, em decorrência de interconexões lógicas entre eles. Todo o campo é subdeterminado¹ por suas condições limítrofes. Entretanto, não há vinculação direta entre uma experiência particular e um enunciado no interior do campo, exceto indiretamente por meio de considerações que garantirão o equilíbrio do campo (2011, p. 66-67).

Brandom, por sua vez, é um racionalista que desenvolve a tese do Inferencialismo Semântico, um modelo explicativo holístico para tratar da compreensão do conceitual. Brandom apresenta uma compreensão peculiar acerca da linguagem humana, estabelecendo um corte entre criaturas discursivas (criaturas que oferecem e solicitam razões) e criaturas não discursivas (criaturas que apenas absorvem informações diferenciais do ambiente). Nestes termos, explicita que seu interesse está direcionado para o que separa os usuários de conceitos dos não usuários, ou seja, as práticas de oferecer e solicitar razões.

1 A noção de subdeterminação parece tentar garantir um uso mitigado do termo determinação.

Para Brandom, tais práticas ou atividades de aplicação dos conceitos definem o conteúdo semântico destes. Compreende-se, desta forma, que o entendimento do conteúdo conceitual deriva da própria prática de aplicação pública do conceito, não há entendimento prévio do conteúdo ou acesso privilegiado ao mesmo, contraposição notório a teorias semânticas representacionistas. A aplicação de conceitos ou prática discursiva é definida pela articulação inferencial (articulações entre afirmações sobre o mundo), nas palavras de Brandom, “expressar algo, torná-lo explícito, é colocá-lo em uma forma tal que ele pode, ao mesmo tempo, tanto servir de como requerer razões: uma forma na qual ele pode servir tanto como premissa como conclusão em inferências” (2013, p. 22).

Essa concepção inferencial do conceitual implica necessariamente um Holismo Conceitual, uma vez que “não pode haver conceito a menos que haja muitos conceitos, pois o conteúdo de cada conceito é articulado por suas relações inferenciais para com outros conceitos” (2013, p. 27).

Durante o desenvolvimento da pesquisa, questionou-se: como é caracterizado o Holismo por cada um dos autores referenciados? Tais modelos (sobre o Holismo) apresentam similaridades mais específicas (além da contraposição óbvia ao atomismo semântico)? Qual é, se é que há, a unidade de significado mínima em cada um dos modelos propostos? Como o sentido é construído? E o valor de verdade de um enunciado, como é verificado em cada um deles? Há espaço para inferências² (solicitar e oferecer razões) no modelo explicativo quineano? Existem elementos deontológicos³ no Holismo Semântico proposto por Quine?

Apesar do fato evidente de algumas questões já terem sido tocadas durante esta introdução, é óbvio que nenhuma delas foi esgotada. O desenvolvimento desse trabalho tornou evidente a extensão e a profundidade do que ainda precisa ser discutido para construir repostas minimamente sólidas para tais questões. Sendo assim, este trabalho não pretendeu se debruçar sobre todas as questões expostas acima. Ficando restrito às três primeiras questões. Entretanto, mesmo que não trabalhadas diretamente, as questões subsequentes, atuaram como norteadores do processo investigativo.

2 Sabe-se que inferência ou prática de inferir não é necessariamente o mesmo que solicitar e oferecer razões. Contudo, as ocorrências do termo neste trabalho estão, em linhas gerais, limitadas à compreensão apresentada por Brandom. Tal compreensão peculiar parece propor a identificação entre tais práticas, a saber: inferir e solicitar/oferecer razões.

3 Referem-se a elementos como compromissos e direitos derivados de uma dimensão normativa que regula a articulação entre sentenças.

A hipótese aqui levantada é que serão identificadas similaridades entre os modelos que permitirão adotar a compreensão inferencial proposta por Brandom ao menos para se pensar o Holismo Semântico quineano. Esta hipótese é suscitada ao tomar inferência enquanto operação por meio da qual são deduzidas novas proposições a partir de proposições preliminares. Tomando como base essa compreensão mais fundamental acerca do conceito inferência, parece possível afirmar que as interconexões lógicas entre sentenças que constituem o tecido da rede semântica (linguagem), descrita por Quine ainda no ensaio *Dois Dogmas do Empirismo*, referem-se a inferências. Entretanto, ainda não é possível afirmar se tais interconexões acomodam modelos explicativos racionalistas.

Acredita-se ainda que será possível demonstrar o caráter moderado ou mitigado do sistema holístico quineano ao aproximá-lo da compreensão brandomiana, uma vez que o primeiro conserva o caráter empírico na noção de sentenças observacionais, sentenças significativas e independentes. Em consequência, evidenciar-se-á um caráter mais radical no Inferencialismo Semântico no que tange à dimensão holística.

Este trabalho fora dividido em três capítulos. No primeiro, buscou-se investigar as vias teóricas para o desenvolvimento do Holismo Semântico em Quine e sua caracterização. Em seguida, no segundo capítulo, investigou-se os fundamentos necessários ao desenvolvimento do Inferencialismo Semântico em Brandom e sua caracterização. Apresentados os elementos pertinentes para identificar analogias e dessemelhanças, fora desenvolvida, no terceiro capítulo desse trabalho, argumentação que suscite aproximações e distanciamentos entre as teses desenvolvidas pelos autores de referência.

2 HOLISMO SEMÂNTICO: A TESE HOLÍSTICA DE QUINE

Neste capítulo do trabalho, objetiva-se apresentar possíveis vias que levaram Quine ao desenvolvimento do seu Holismo Semântico “moderado”. Almejar-se-á ainda tratar dos fundamentos deste sistema e de suas características mais notórias.

Segundo Velloso (2004) é possível deduzir que Quine desenvolve suas teses holísticas a partir de duas vias distintas, porém complementares. Uma delas deriva da rejeição do autor à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e ao reducionismo semântico, ao passo que a outra se alicerça sobre a tese da inescrutabilidade da referência.

2.1 A Recusa à Distinção entre Analíticos e Sintéticos e ao Reduccionismo: uma via para o Holismo Semântico

O primeiro dos percursos exige revisitar um dos principais artigos do autor, a saber: *Dois Dogmas do Empirismo* (2011), originalmente publicado em 1951. Nesse artigo, Quine afirma que o empirismo moderno fora, em alguma medida, condicionado por dois dogmas. O primeiro se refere à diferenciação entre verdades analíticas e verdades sintéticas. O outro é o reducionismo, sistema o qual afirma que cada enunciado (sintético) significativo equivale a alguma construção lógica fundada em termos que se referem à experiência imediata. Postula-se, nesse sentido, que um enunciado significativo pode ser reduzido a um enunciado constituído apenas em termos de dados sensíveis.

Em *Dois Dogmas do Empirismo*, Quine se dedica a questionar os fundamentos da analiticidade, percorrendo, para isso, etapas explicativas comumente utilizadas pelos que defendem a validade e a manutenção da distinção entre juízos analíticos e sintéticos. Primeiramente, Quine apresenta uma definição de enunciado analítico que pode ser apresentada nos seguintes termos: enunciado cuja negação é autocontraditória. Entretanto, afirma que tal definição carece de valor explicativo, haja vista que a noção de autocontradição, assim como a de analiticidade, necessita de clarificação. Para Quine, tais noções “são os dois lados de uma mesma e duvidosa moeda” (2011, p. 38).

Em seguida, anuncia uma definição concebida por Kant na qual um enunciado analítico é entendido como aquele que atribui a seu sujeito não mais do que já está conceitualmente contido nele próprio (sujeito). Adiante, reformula tal compreensão balizado pelo uso que comumente é feito do termo analítico: “um enunciado é analítico quando é verdadeiro em virtude dos significados e independentemente dos fatos” (QUINE, 2011, p. 38). Ou seja, os enunciados analíticos são verdadeiros ou falsos em virtude apenas do

significado dos seus termos constituintes não lógicos (“nenhum solteiro é casado”; “todo cão é mamífero”; “um triângulo tem três lados”), enquanto os enunciados sintéticos são verdadeiros ou falsos em virtude do significado dos seus termos constituintes não lógicos e de como é o mundo (“todo fila brasileiro é rajado”; “algum cisne é branco”).

O problema, segundo Quine, é que a distinção assenta na noção de significado. Diante disto, o autor aponta a necessidade de investigar o conceito de significado. Este último (significado), entretanto, mostra-se insuficiente, haja vista que devidamente separadas, a teoria do significado e a teoria da referência, percebe-se que a teoria do significado se ocupará apenas com a sinonímia de formas linguísticas e a analiticidade dos enunciados. Os próprios significados, enquanto entidades intermediárias obscuras, devem ser abandonados (QUINE, 2011, p. 40). Compreensão similar acerca da necessidade de descartar a noção de significado enquanto entidade também é apresentada em *A Relatividade Ontológica*, originalmente publicado em 1969. Neste ensaio Quine afirma:

Significados são, em primeiro lugar e antes de tudo, significados da linguagem. A linguagem é uma arte social que nós todos adquirimos, tendo como única evidência o comportamento aberto de outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis. Os significados, portanto, esses verdadeiros modelos de entidades mentais, resultam em água para o moinho do behaviorista. Dewey foi explícito sobre esse ponto: “O significado... não é uma existência psíquica; é, primeiramente, uma propriedade do comportamento” (1989, p. 68).

Retorna-se, então, ao problema da analiticidade. Enunciados analíticos se dividem em duas classes. Os da primeira classe comumente são chamados de logicamente verdadeiros e podem ser exemplificados nos seguintes termos: nenhum homem não casado é casado. Esse tipo de enunciado não apenas é verdadeiro, como permanece verdadeiro em toda e qualquer reinterpretação de “homem” e “casado”, ou seja, de seus componentes que não as partículas lógicas. Entretanto, há uma segunda classe de enunciados analíticos, exemplo: nenhum solteiro é casado.

Esse tipo de enunciado analítico pode ser transformado em uma verdade lógica a partir da permutabilidade de sinônimos por sinônimos, ou seja, substituição de “solteiro” por “homem não casado”. Para Quine, contudo, essa segunda classe de enunciados analíticos carece de uma caracterização mais apropriada, tendo em vista que está apoiada em uma noção de sinonímia ainda tão obscura quanto à própria noção de analiticidade. Quine afirma que “[...] a maior dificuldade se encontra não na primeira classe de enunciados analíticos – as verdades lógicas – mas, ao contrário, na segunda classe, que depende da noção de sinonímia” (2011, p. 42).

Como exposto por Quine, os enunciados analíticos de segunda classe se reduzem aos de primeira classe por definição, desta forma, conforme os exemplos utilizados pelo autor, “solteiro” é definido como “homem não casado”. Contudo, Quine levanta questões relevantes: “como descobrimos que ‘solteiro’ é definido como ‘homem não casado’? Quem o definiu assim, e quando? Devemos recorrer ao dicionário mais próximo e aceitar a formulação do lexicógrafo como uma lei?” (2011, p. 43). Quine aponta que adotar tal estratégia seria problemático, uma vez que o lexicógrafo é um cientista empírico que não faz mais que relatar uma relação de sinonímia observada. Desta forma, Quine denuncia que a noção de definição deriva de uma relação de sinonímia preexistente à própria definição, bem como, deriva de um conhecimento de ordem explicitamente empírica. Sobre esse tópico Quine afirma:

Está longe de ser claro o que exatamente significa afirmar a sinonímia, o que exatamente podem ser as interconexões necessárias e suficientes para que duas formas linguísticas sejam apropriadamente descritas como sinônimas; mas, o que quer que sejam, essas interconexões são normalmente baseadas no uso. Definições relatando exemplos escolhidos de sinonímia aparecem como relatos sobre o uso (2011, p. 43-44).

Sendo assim, a definição não pode ser tomada como fundamento da sinonímia, uma vez que ela própria recorre à sinonímia em vez de explicá-la. Nota-se, exceto no caso das novas notações, que a definição depende de relações de sinonímia anteriores, relações fundadas sobre o uso que fazemos de formas linguísticas específicas. Nestes termos, a noção de definição não esclarece a sinonímia e a analiticidade. A tentativa de fazer uso desta noção para explicar a sinonímia ou a analiticidade se torna falaciosa, uma vez que está amparada em uma argumentação circular.

Outra compreensão apresentada por Quine a fim de desvelar a impossibilidade de distinguir entre verdades analíticas e sintéticas é a de que a sinonímia de duas formas linguísticas consiste em sua intersubstitutibilidade em todos os contextos sem alteração do valor de verdade, em outras palavras, consiste em sua intersubstitutibilidade *salva veritate*. Entretanto, como pondera Quine, não é necessariamente verdadeiro que os sinônimos “solteiro” e “homem não casado” sejam intersubstituíveis em todas as ocasiões *salva veritate*. Falsificam-se verdades com a substituição de “homem não casado” por “solteiro” a partir do termo “cabo solteiro”, bem como com o emprego de aspas (“Solteiro” tem menos de dez letras).

Entretanto, o autor ressalva que tais falsificações podem ser descartadas caso se trate “cabo solteiro” e “solteiro” como uma única palavra, ao passo que se estipula que

intersubstitutibilidade *salva veritate* não se aplica às ocorrências fragmentárias dentro de uma palavra (2011, p. 48). A questão que se coloca em seguida é, segundo Quine, se a intersubstitutibilidade resguardando o valor de verdade, excetuando em ocorrências fragmentárias dentro de uma palavra, é uma condição suficiente para a sinonímia ou se é possível que termos heterônimos também possam ser intersubstituíveis nestes moldes.

Adiante Quine conclui que a intersubstitutibilidade *salva veritate* carece de sentido até ser relativizada em uma linguagem extensional. Em uma linguagem extensional, compreende-se que uma expressão linguística terá uma extensão, uma referência física no mundo. Nela, quaisquer predicados que coincidem extensionalmente são intersubstituíveis *salva veritate*. Portanto, neste tipo de linguagem, a intersubstitutibilidade *salva veritate* não garante a sinonímia cognitiva do tipo necessário à analiticidade, uma vez que não há garantia de que a concordância extensional esteja baseada no significado em vez de se amparar em questões de fato.

O último argumento posto por Quine, no intuito de demonstrar o quão obscura é a noção de analiticidade, deriva da afirmação de que a dificuldade em distinguir enunciados analíticos de enunciados sintéticos na linguagem comum decorre da imprecisão desta linguagem. Afirma-se ainda que a distinção é clara quando possuímos uma linguagem artificial precisa com regras semânticas devidamente explicitadas. Entretanto, Quine aponta que mesmo adotando o artifício de uma linguagem artificial com regras semânticas explícitas, a distinção permanece confusa, haja vista que qualquer regra semântica que contenha a terminologia analítico permanecerá, em certa medida, ininteligível. Quine afirma que a definição ou a adoção de regras semânticas que determinam os enunciados analíticos de uma linguagem artificial se justifica apenas na medida em que a noção de analiticidade já fora compreendida.

Feito às críticas à noção de analiticidade, Quine se volta ao dogma do reducionismo. Para Quine, este último está intimamente relacionado ao dogma da delimitação entre enunciados analíticos e sintéticos e tem a tarefa de especificar uma linguagem dos dados dos sentidos para traduzir enunciados significativos. Tal dogma defende que cada enunciado significativo sobre o mundo equivale a alguma construção lógica fundada em termos que se referem à experiência imediata e pode, tomado o enunciado isoladamente, admitir confirmação ou invalidação.

Segundo Quine (1989, p. 93), o programa reducionista almejava, em termos russelianos, compreender o mundo exterior como um construto lógico a partir de *sense data*. Carnap é percebido por Quine como aquele que mais se aproximou da execução deste

programa, especificamente na obra *Der Logische Aufbau der Welt* (1928). Caso Carnap tivesse obtido sucesso nesse empreendimento, estaríamos, segundo Quine, habilitados a traduzir toda e qualquer sentença sobre o mundo em termos de *sense data*, acrescidos de lógica e teoria dos conjuntos. Ou seja, avalia-se a partir dos pressupostos reducionistas a possibilidade de confirmar ou infirmar, declarar inválida, uma sentença teórica isoladamente.

Velloso (2004) nos ajuda a compreender tal programa ao afirmar:

A tese reducionista rezava que cada sentença teórica, considerada individualmente, poderia ser reduzida a um conjunto de sentenças atômicas que contivesse apenas termos da lógica e termos observacionais. Assim, o significado dessa sentença teórica deveria ser dado por esse conjunto de sentenças atômicas, que, por sua vez, seriam um relato direto das suas situações confirmadoras ou infirmadoras. Assim, essa redução, caso bem sucedida, nos forneceria um critério para atribuir a cada sentença individualmente um significado que fosse independente da teoria adotada, um critério transcendente de significação (p. 04).

Entretanto, os enunciados sobre o mundo exterior são confrontados com a experiência sensível não individualmente, mas necessariamente como um corpo organizado. Tomada coletivamente, a ciência apresenta dependência da linguagem e da experiência, entretanto, essa dualidade não é significativamente delineável em enunciados científicos isoladamente. A unidade de significância empírica⁴ é o todo da ciência (QUINE, 2011, p. 66).

Quine aponta a derrocada do programa reducionista ao afirmar:

Reconheceu-se serem vãs as esperanças de fundamentar, de modo solidamente lógico, a ciência natural sobre a experiência imediata. A busca de certeza cartesiana havia sido a motivação remota da epistemologia; no entanto, essa busca se revelou causa perdida. Dotar as verdades da natureza da plena autoridade da experiência imediata é uma esperança tão desconsolada quanto à de dotar as verdades da matemática do caráter potencialmente óbvio da lógica elementar (1989, p. 94).

Exposto a insuficiência dos artifícios explicativos para a noção de analiticidade e a limitação do reducionismo, questiona-se: qual a resolutiva proposta por Quine diante do problema da distinção entre juízos analíticos e sintéticos e da adoção de critérios reducionistas?

Diante da problemática e da notória inviabilidade de traçar uma diferenciação compreensível entre tais enunciados, Quine (2011) propõe o descarte de tal distinção em favor

4 A noção de significado empírico parece aludir à compreensão do autor acerca do significado apenas enquanto significado estimulativo ou significado por estímulo (*stimulus meaning*). Tal compreensão sugere que enunciados científicos isolados não seriam significativos nestes termos, mas apenas quando investigados em bloco. Esta discussão será devidamente abordada na seção 2.2 deste capítulo.

de uma perspectiva holística para a verificação do valor de verdade de um enunciado, ou melhor, de um sistema de conhecimento específico.

Nesta perspectiva, o autor argumenta que a verdade é dependente tanto de fatores linguísticos como de fatores extralinguísticos. Supõe-se, dessa maneira, que a verdade de algum enunciado possa ser decomposta em componentes linguísticos e em componentes factuais. Supõe-se ainda que alguns enunciados que não tenham componente factual são analíticos. Tal compreensão não exige, entretanto, distinção entre enunciados com componentes linguístico e factual (supostamente sintéticos) de enunciados que apresentam apenas componente linguístico (supostamente analíticos). Tal distinção é um dogma, um artigo metafísico de fé que deve ser descartado (QUINE, 2011, p. 59).

A possibilidade de descarte desta distinção traz consigo novas questões: como a recusa à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e ao reducionismo incide sobre a concepção quineana de conhecimento científico? Como fica o empirismo sem os dois dogmas?

A recusa à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e ao reducionismo implicará, segundo Quine (2011), abalo na suposta fronteira entre a metafísica especulativa e a ciência natural, bem como, em uma mudança de direção do empirismo rumo ao pragmatismo a partir de algumas reorientações específicas. São elas:

- 1) Adota-se uma perspectiva holística, uma vez que se compreende que não serão as sentenças isoladamente submetidas ao tribunal da experiência, mas blocos de sentenças. A unidade de significado não é mais a sentença, mas um conjunto de sentenças interligadas e submetidas em conjunto ao tribunal da experiência (Tese Duhem/Quine). Nestes termos Quine afirma:

A totalidade da ciência é como um campo de força, cujas condições limítrofes são a experiência. Um conflito com a experiência na periferia ocasiona reajustes no interior do campo. Os valores de verdade têm de ser redistribuídos em alguns dos enunciados. A reavaliação de alguns enunciados acarreta a reavaliação de outros, em função de suas interconexões lógicas, sendo as leis lógicas, por sua vez, simplesmente certos enunciados adicionais do sistema, certos elementos adicionais do campo (2011, p. 66-67).

- 2) Adota-se uma compreensão não distintiva quanto à natureza ou estatuto epistemológico de um enunciado, acata-se apenas a diferenciação em grau de distanciamento de dado enunciado e a periferia experiencial do sistema. Em decorrência, recusa-se a diferenciação epistemológica entre as Ciências Naturais e Humanas e a Lógica e a Matemática. As citações abaixo mostram tal reorientação:

A totalidade de nossos assim chamados conhecimento e crenças das mais casuais questões de Geografia e História até as mais profundas leis da Física atômica ou mesmo da Matemática pura e da Lógica, é um tecido feito pelo homem, que encontra a experiência apenas nas extremidades (2011, p. 66);

[...] quanto ao fundamento epistemológico, os objetos físicos e os deuses (de Homero) diferem apenas em grau, não em espécie (2011, p. 69);

Questões ontológicas, sob este ponto de vista, estão no mesmo pé que as questões da ciência natural (2011, p. 70).

- 3) Compreende-se que todo e qualquer enunciado é passível de alteração. Para Quine, saberes como a Lógica, a Matemática e a Metafísica, apontados como o saberes mais abstratos, mais distantes da periferia experiencial do sistema, também são passíveis de revisão. Ao passo que qualquer enunciado também pode ser preservado desde que seja feito o devido ajustamento nos demais enunciados dos quais é dependente. Nesta perspectiva Quine afirma:

Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema. Mesmo um enunciado muito próximo da periferia pode ser considerado verdadeiro diante de uma experiência recalcitrante, alegando-se alucinação ou modificando-se certos enunciados que chamamos de leis lógicas. Inversamente, pela mesma razão, nenhum enunciado está imune à revisão (2011, p. 67).

- 4) Adota-se um tipo de monismo metodológico, uma vez que o conjunto de proposições deverá sempre ser avaliado a partir de critérios empíricos e pragmáticos. Logicamente, a revisão do sistema deve ser balizada por critérios que garantam o poder preditivo do sistema, sua simplicidade, sua abrangência e a mutilação mínima do mesmo. Nestes termos, não é admitida a existência de critérios supracientíficos de verificação do conhecimento, a revisão se dá de dentro do próprio sistema. Sobre este tópico Quine afirma:

[...] O mito dos objetos físicos é epistemologicamente superior à maior parte dos mitos (apenas) na medida em que se mostrou mais eficaz do que outros como dispositivo para fazer operar uma estrutura manipulável no fluxo da experiência (2011, p. 69);

A extremidade do sistema tem de ser ajustada à experiência; o resto, com todos os seus mitos e ficções elaborados, tem por objetivo a simplicidade das leis (2011, p. 70).

Diante do exposto, observa-se que segundo os pressupostos quineanos não há diferenciação epistemológica entre os postulados científicos, os postulados míticos e as

questões ontológicas ou metafísicas. Eles diferem apenas no grau em que facilitam a predição da experiência futura e o manuseio da experiência sensível. Repudia-se, então, a fronteira entre enunciados sintéticos e analíticos e o reducionismo semântico em prol de um pragmatismo mais completo. Nota-se que Quine apresenta uma proposição ousada que, em linhas gerais, sugere o descarte da distinção entre verdades ou juízos analíticos e sintéticos e do reducionismo, bem como desvela a fragilidade desta distinção e o quão pouco frutífero é tentar estipular tal demarcação, tendo em vista que, necessariamente, será um corpo organizado que será submetido ao tribunal da experiência sensível e não enunciados isolados.

O percurso aqui exposto demonstra o desenvolvimento da perspectiva holística subjacente à compreensão quineana acerca do desenvolvimento de um sistema linguístico, bem como para afirmação ou negação deste. Nota-se, neste sentido, que o holismo proposto por Quine surge em contraposição ao ideal reducionista, tanto no que tange ao caráter epistêmico quanto semântico. Uma vez que, entende-se que sentenças teóricas (ou sobre o mundo exterior) isoladas não são passíveis à testagem empírica, faz-se necessários blocos de sentenças teóricas para ser possível a verificação empírica. Ao passo que, compreende-se também que sentenças isoladas não são significativas independentemente das demais sentenças constituintes de um sistema linguístico específico.

Como vimos, a compreensão holística tecida por Quine perpassa grande parte de sua obra, além do famigerado *Dois Dogmas do Empirismo* (1951), ensaios como *Falando de Objetos* e *Epistemologia Naturalizada*, originalmente publicados em 1969, também trazem trechos relevantes para o entendimento da compreensão holística de Quine acerca do desenvolvimento de sistemas linguísticos e da verificação destes. O problema do significado também é abordado em *A Relatividade Ontológica*, ensaio no qual Quine explicita sua compreensão naturalista acerca do significado.

2.2 A Inescrutabilidade da Referência: outra via para o Holismo Semântico

Em linhas gerais, a tese da inescrutabilidade da referência postula a impossibilidade de definir efetivamente a referência empírica de um termo linguístico ou mesmo de uma sentença. Nesse sentido, esta tese soma-se aos argumentos contrários ao reducionismo apresentados acima. Para ilustrar tal tese, Quine (2010, p. 53) sugere o experimento imaginário de tradução radical. Nesse experimento, imagina-se dois indivíduos submetidos ao mesmo ambiente sensorial, um nativo e um lingüista. Este último tem a incumbência de traduzir em termos e sentenças familiares o sistema linguístico gentílico. Para tal feito, vale

frisar, o linguista não dispõe de nenhum manual de tradução ou dicionário preliminar, apenas da observação dos comportamentos (verbais e não verbais) emitidos pelo nativo diante das estimulações ambientais as quais linguista e nativo respondem.

O experimento da tradução radical almeja ilustrar a possibilidade de que uma única expressão proferida pelo nativo possa ser traduzida em diversos termos e sentenças empiricamente convergentes, mas logicamente divergentes. Sendo assim, a expressão “Gavagai” proferida pelo nativo ao ser surpreendido pela passagem de um coelho, poderia ser traduzida tanto em uma sentença inteira, como: “Acabo de ser surpreendido por um coelho!”, bem como em apenas uma palavra, “Coelho”.

Entende-se, segundo Velloso (2004), que a expressão “Gavagai” seria:

Opaca para nós numa situação de tradução radical: a mesma estimulação seria compatível com diferentes hipóteses de tradução cogitáveis e, sendo assim, não teríamos como determinar, apenas pela observação do comportamento verbal do nativo (ou seja, empiricamente), se aquele proferimento deveria ser interpretado de uma ou de outra maneira (p. 11).

Velloso (2004) conclui que a expressão “Gavagai” poderia ser traduzida por expressões que, caso fossem substituídas entre si numa sentença, não resguardariam o valor de verdade dessa sentença, em outros termos, não seriam intersubstituíveis *salva veritate*.

Stein, no texto de apresentação ao livro *Palavra e Objeto* (2010) de Quine, originalmente publicado em 1960, aponta duas conclusões derivadas da tese da indeterminação da tradução, são elas: 1) O linguista não pensa em “significados” ao elaborar manuais de tradução, apenas se baseia na observação do comportamento dos falantes gentílicos; 2) É possível determinar as situações em que os falantes assentiriam a uma frase como “Gavagai”, mas é impossível traduzir o termo univocamente porque a referência é inescrutável.

A impossibilidade de delimitação da referência extensional dos termos linguísticos constitutivos de uma sentença, demonstrada no experimento da tradução radical, suscita uma questão relevante: como serão garantidos critérios empíricos para a noção de significado? Acredita-se que a resposta para essa questão forma-se à base da noção de sentença observacional proposta por Quine em *Epistemologia Naturalizada*.

Apesar das possíveis traduções derivadas da expressão “Gavagai” não serem extensionalmente correspondentes, elas são sinônimas estimulativas (VELLOSO, 2004, p. 12). Essa compreensão está fundamentada sobre a noção pragmática e empírica de significado desenvolvida por Quine em *Palavra e Objeto*, denominada significado estimulativo ou

significado por estímulo (*stimulus meaning*). Entende-se, em linhas gerais, esse último como as classes de estímulos que regulam as disposições de dado indivíduo em assentir ou dissentir a uma sentença observacional diante de estimulações específicas. A sentença observacional é fundamental no que se refere ao aprendizado e à constituição de um sistema linguístico, bem como na verificação de teorias científicas (STEIN, 2006, p. 04).

Quine (1989) apresenta uma definição para sentenças observacionais nos seguintes termos: “uma sentença observacional é uma sentença sobre a qual todos os que falam a língua pronunciam o mesmo veredito, quando é dada a mesma estimulação concomitante” (p. 100-101). Quine torna notória a relevância das sentenças observacionais, tanto no que se refere à dimensão epistemológica quanto à dimensão semântica, em sua compreensão da linguagem ao afirmar:

A sentença observacional é básica para os dois empreendimentos⁵. Sua relação para com a doutrina, para com o nosso conhecimento do que é verdadeiro é, em grande parte, a tradicional: sentenças observacionais são o repositório de evidência para as hipóteses científicas. Sua relação com o significado também é fundamental, dado que são elas as primeiras que, na nossa condição, aprendemos a compreender, como crianças e como linguistas de campo. Pois as sentenças observacionais são precisamente aquelas que podemos correlacionar a circunstâncias observáveis da ocasião de elocução ou de assentimento, independentemente das variações nas histórias passadas dos indivíduos informantes. Elas são a única via de acesso a uma língua (1989, p. 102).

Quanto à dimensão epistemológica, observa-se que o autor define as sentenças observacionais como sendo os repositórios de evidência para as hipóteses científicas. Em outros termos é o mesmo que afirmar que as sentenças teóricas ou não observacionais são dependentes das sentenças observacionais para a testagem de sua validade, ou seja, entende-se que as sentenças teóricas não são passíveis de confrontar o tribunal da experiência sensível isoladamente, mas apenas em blocos e necessariamente junto a sentenças observacionais. Tal compreensão explicita a perspectiva holística derivada da tese da inescrutabilidade da referência. Sobre essa discussão Quine acrescenta:

5 Os dois empreendimentos aos quais Quine se refere são os seguintes: doutrinal e conceitual. O autor faz uso de uma analogia em relação aos estudos dos fundamentos matemáticos para tecer sua discussão sobre epistemologia. O seguinte trecho tornará esse tópico mais compreensível: “Os estudos relativos aos fundamentos da matemática dividem-se simetricamente em dois grupos, os conceituais e os doutrinários. Os estudos conceituais se interessam pelo significado, os doutrinários, pela verdade. Os estudos conceituais tratam de clarificar conceitos, definindo-os, uns em termos de outros. Os estudos doutrinários tratam de estabelecer leis, provando-as, umas à base de outras” (p. 92).

As sentenças que nas teorias se situam mais acima não têm consequências empíricas que pudessem ser ditas próprias a elas; elas só se defrontam com o tribunal da evidência sensorial em agregados mais ou menos amplos. A sentença observacional, situada na periferia sensorial do corpo científico, é o agregado verificável mínimo: ela tem um conteúdo todo seu e o exibe nos seus trajes, como um distintivo (1989, p. 102).

No que tange à dimensão semântica, Quine afirma ainda que “a sentença observacional é a pedra angular da semântica. [...], ela é fundamental para a aprendizagem do significado” (1989, p. 102).

Observa-se que apenas as sentenças observacionais dispõem de significado na perspectiva quineana, uma vez que o significado é compreendido pelo autor ainda a partir de um critério empírico. Sentenças não observacionais ou teóricas carecem de significado quando investigadas isoladamente, sendo então subdeterminadas às sentenças de observação. Apenas essas últimas são passíveis de serem confrontadas com a experiência sensível isoladamente, sendo assim, as primeiras (sentenças teóricas) só podem ser analisadas conjuntamente às sentenças de observação. Observa-se que a tese da indeterminação do significado das sentenças teóricas deriva da tese da inescrutabilidade da referência.

Diante do exposto até aqui, observa-se que, apesar da crítica de Quine ao reducionismo, o autor compreende que a única via viável e segura para a confirmação ou negação de um bloco de sentenças é a experiência sensível. Observa-se ainda a impossibilidade de verificar a validade de sentenças teóricas sem o auxílio de sentenças observacionais, o que evidencia a perspectiva holística subjacente à teoria linguística de Quine. Entretanto, nota-se que as sentenças observacionais são dependentes apenas da observação, sendo então inteligíveis independentemente de outras sentenças. Stein (2002) demonstra o caráter moderado do Holismo Semântico em Quine no seguinte trecho:

A noção quineana de *stimulus meaning* de sentenças observacionais pode ser vista como mantenedora da idéia empirista de que, em última análise, existem sentenças mais próximas da observação, cuja justificação não depende de outras sentenças e que são o tribunal de todo conhecimento, ou seja, mesmo Quine não defendendo mais o reducionismo de qualquer sentença a sentenças observacionais, ele ainda defende, apesar do seu holismo semântico, que haja sentenças observacionais cujo 'significado' (conteúdo empírico) não depende de outras sentenças (p. 11, grifo da autora).

O Holismo Semântico em Quine é desenvolvido fundamentalmente a partir de sua oposição ao empreendimento reducionista, contudo, apesar de ser contrário ao reducionismo, o filósofo defende a existência de sentenças cujo significado é independente de outras sentenças, as sentenças observacionais. Esse aspecto caracteriza a dimensão moderada da

perspectiva holística quineana, bem como torna explícito o compromisso do autor com uma perspectiva empirista.

3 INFERENCIALISMO SEMÂNTICO: A TESE HOLÍSTICA DE BRANDOM

Este capítulo do trabalho objetiva, em linhas gerais, investigar a perspectiva holística subjacente ao Inferencialismo Semântico desenvolvido por Brandom fundamentalmente a partir da obra *Articulando Razões: Uma introdução ao Inferencialismo* (2013), originalmente publicada em 2000. Sabe-se, entretanto, que a referida obra se configura enquanto um livro introdutório à *Making It Explicit* (1994), principal obra do autor.

3.1 Holismo Semântico e Termos Correlatos em *Articulando Razões*

Observou-se, no decorrer da pesquisa, que a ocorrência do termo Holismo Semântico dentre outros termos correlatos (holismo, holismo conceitual, holístico) é incipiente na obra de referência, restringe-se à Introdução:

[...] a semântica inferencialista é decididamente **holística** (2013, p. 26, grifo nosso);

O **holismo conceitual** não é um compromisso que se pode estar motivado a manter independentemente das considerações que nos levam a uma concepção inferencial do conceitual. Ele é, ao contrário, uma consequência direta dessa abordagem (2013, p. 27, grifo nosso);

Qualquer tipo de inferencialismo está comprometido com um tipo de **holismo semântico**, opondo-se assim ao atomismo que está frequentemente comprometido com uma ordem representacionista de explicação semântica (2013, p. 41, grifo nosso).

Apesar de incipientes, as ocorrências do termo Holismo Semântico e seus correlatos, oferecem-nos elementos para delinear uma via possível de investigação sobre esse objeto em *Articulando Razões*. Os fragmentos acima sugerem que o Holismo Semântico não é apresentado pelo autor como uma das estratégias deliberadamente adotadas para o desenvolvimento do Inferencialismo, mas sim uma consequência direta dessa abordagem. Tal compreensão suscita questões pertinentes: o que caracteriza o inferencialismo como uma abordagem necessariamente holística? Quais estratégias revelam o compromisso com uma perspectiva holística?

A fim de desenvolver respostas às questões supramencionadas, investiga-se o Inferencialismo Semântico. Este pode ser entendido, em termos genéricos, como uma tese que almeja compreender a natureza do conteúdo conceitual e o papel que desempenha no raciocínio, nesse sentido, configura-se enquanto um empreendimento filosófico robusto que revisitará diversos conceitos relevantes para a filosofia, dentre eles: conceito, lógica,

dever/direito, confiabilidade, termo singular/geral, objetividade, discurso ou prática discursiva, significado ou conteúdo semântico, normas ou pragmática normativa, estados conscientes, expressão, dentre outros.

3.2 Oposições Binárias, Escolhas Estratégicas e Compromissos: caracterizando o Inferencialismo Semântico

Em *Articulando Razões*, Brandom torna explícitas as escolhas estratégicas adotadas para o desenvolvimento da abordagem inferencial do conceitual, bem como os compromissos e as consequências decorrentes dessas escolhas a partir de oposições binárias específicas. São elas:

- 1) **Assimilação** do Conceitual X **Diferenciação** do Conceitual;
- 2) **Platonismo** Conceitual X **Pragmatismo** Conceitual;
- 3) Intencionalidade pela **Mente** X Intencionalidade pela **Linguagem**;
- 4) Atividade Conceitual **Representacional** X Atividade Conceitual **Expressiva**;
- 5) Abordagem **Intensionalista** do Conceitual X Abordagem **Inferencialista** do Conceitual;
- 6) Explicações Semânticas **Ascendentes** X Explicações Semânticas **Descendentes**;
- 7) **Atomismo** Semântico X **Holismo** Semântico;
- 8) Expressivismo **Tradicional** X Expressivismo **Racionalista**;
- 9) Lógica como **Representação** X Lógica como **Expressão**.

Diante de (1), Brandom deixa explícito adotar uma perspectiva de diferenciação do conceitual ao afirmar: “A discussão é motivada por uma preocupação com o que é especial ou característico do conceitual como tal. Estou mais interessado no que separa os usuários de conceitos dos não usuários de conceitos, ao invés de naquilo que os une” (2013, p.13).

Em termos gerais, essa dualidade se refere às continuidades e discontinuidades entre criaturas discursivas e criaturas não discursivas. Criaturas discursivas são compreendidas aqui enquanto criaturas inseridas em práticas linguísticas balizadas por uma pragmática normativa que rege processos inferenciais, em outros termos, normas que regimentam articulações entre conceitos. Neste sentido, criaturas discursivas são criaturas que aplicam conceitos e, ao aplicá-los, são suscetíveis a discriminar as articulações inferenciais que dele derivam. Ao passo que criaturas não discursivas são incapazes de se envolverem em jogos inferenciais (oferecer e solicitar razões).

Para Brandom (2013) essa diferenciação é necessária para lograr seu empreendimento, a saber: tratar do conceitual enquanto tal, compreender a natureza do conceitual. O autor explicita que a ideia que norteia seu empreendimento é a de que o que distingue as práticas discursivas das ações das criaturas não usuárias de conceitos é propriamente a articulação inferencial entre conceitos. O exemplo do papagaio exposto em *Articulando Razões* (p. 61-63), se torna paradigmático para a compreensão da noção diferencial do conceitual.

Papagaios estão na esfera das criaturas não discursivas ou não usuárias de conceitos. Neste sentido, mesmo que um papagaio devidamente condicionado seja capaz de reagir confiável e vocalmente a objetos vermelhos, ele não é capaz de discriminar as consequências inferenciais da aplicação do conceito vermelho. Vale frisar que, segundo os pressupostos inferencialistas postulados por Brandom em *Articulando Razões*, compreender ou conhecer um conceito é dominar sua aplicação no jogo inferencial, ou seja, dominar seu uso no jogo de dar e demandar razões. Um papagaio é apenas capaz de responder (R) às informações diferenciais (S_D) de um ambiente em função das consequências (C) que sua resposta produzirá – paradigma operante ou contingência de três termos⁶ –, entretanto, é incapaz de extrair conclusões e oferecer justificações diante de um conceito.

Sobre essa discussão Brandom afirma:

A discriminação através da produção de respostas repetitivas (como uma máquina ou um pombo pode fazer) ordena os estímulos desencadeantes, e, nesse sentido, os classifica. Mas isso ainda não é uma classificação *conceitual* e, por isso, não envolve a consciência da espécie sob investigação aqui (2013, p. 28, grifo do autor).

Neste trecho, o autor evidencia a necessidade de domínio de uma categoria específica de classificação para podermos atribuir entendimento acerca de um conceito a dado organismo, tal categoria é denominada como classificação conceitual. Pode-se entender por classificação conceitual a capacidade de discriminar as relações inferenciais derivadas da aplicação de um conceito, classificando-os em classes simétricas ou assimétricas e em relações de compatibilidade e incompatibilidade. A impossibilidade de um papagaio classificar conceitualmente um objeto autoriza-nos a afirmar que todo e qualquer papagaio

6 Contingência de três termos ou tríplex contingência pode ser entendida com as relações estabelecidas entre os três elementos constitutivos do comportamento operante, a saber: o estímulo discriminativo (S_D), a resposta (R) e a consequência (C). Entende-se que diante de estimulação específica, um organismo se comporta, emitindo uma resposta específica e fortalecida em circunstâncias similares passadas, as consequências produzidas no ambiente em decorrência da emissão de dada resposta irá alterar a probabilidade de essa resposta ser novamente emitida em circunstâncias similares futuras.

não entende o conceito vermelho, embora possa reagir confiável e vocalmente a objetos vermelhos.

Brandom explicita a diferenciação do conceitual no que tange as discontinuidades entre criaturas discursivas e não discursivas também a partir de outro exemplo, agora envolvendo um termostato. Assim como um papagaio, um termostato é incapaz de tratar efetivamente informações do ambiente classificando-as conceitualmente, ou seja, dispondo-as conceitualmente/inferencialmente. Segundo Brandom (2013), “o termostato e o papagaio não entendem suas respostas, essas respostas não significam nada para eles, apesar de elas poderem significar algo para nós” (p. 62). Entretanto, outro aspecto deve ser destacado diante da questão, aspecto este que evidenciará ainda mais a inadequação de atribuir conhecimento a um termostato, bem como o distinguirá dos papagaios e dos demais organismos biológicos, sejam eles criaturas discursivas ou não discursivas.

Brandom distingue, em termos gerais, nossas capacidades cognitivas entre nossa sciência e nossa sapiência. Entende-se por sciência como a capacidade de estar consciente no sentido de estar desperto, sendo então uma capacidade que compartilhamos com animais não verbais, capacidade esta exclusiva dos organismos biológicos. Sapiência, distintamente, refere-se à inteligência ou ao entendimento e não à mera irritabilidade ou excitação derivada de estimulação ambiental. Brandom afirma que:

Sapientes agem como se as razões lhes importassem. São agentes racionais no sentido em que seu comportamento pode ser tornado inteligível, pelo menos às vezes, atribuindo-lhes a capacidade de fazer inferências práticas concernentes a como conseguir o que querem e inferências teóricas concernindo ao que se segue disso (2013, p. 177).

Brandom destaca também que ser sapiente é tomar algo por verdadeiro, no sentido que entender dado conteúdo é apreender as condições necessárias e suficientes para sua verdade (2013, p. 178). Nestes termos, o autor reforça sua perspectiva de discontinuidades entre criaturas discursivas e criaturas não discursivas ao passo que fortalece sua abordagem distintiva acerca do conceitual, deixando explícito que o domínio conceitual demanda sapiência. Neste sentido, entende-se que a sapiência é condição necessária para que um organismo possa se engajar em jogos inferenciais.

A dualidade (2⁷) se refere à estratégia explicativa para tratar do domínio do conteúdo semântico de um conceito. A perspectiva platonista do conceitual aponta para um acesso

7 Platonismo Conceitual X Pragmatismo Conceitual.

privilegiado e intelectual ao conteúdo semântico ou para a existência de um conteúdo *a priori* e alheio às práticas linguísticas intersubjetivas. Ao passo que a perspectiva pragmatista compreende que o conteúdo semântico é conferido na aplicação pública de um conceito, o que possibilitará processos correccionais. Brandom adotará a segunda para tratar do problema do conteúdo semântico, entendendo que as práticas linguísticas conferirão significado às sentenças, bem como às expressões subsentenciais. Sobre este tópico Brandom afirma:

O tipo de pragmatismo adotado aqui pretende explicar o que é asserido através do apelo às características de *asserir*, o que é afirmado em termos de afirmar, o que é julgado por julgar e o que é crido pelo papel de *crer* (naturalmente, o que é expresso por expressões do mesmo) – em geral, o conteúdo em termos de ação, ao invés do inverso (2013, p. 15, grifos do autor).

Em (3⁸), Brandom aponta que tradicionalmente o lócus da intencionalidade tem sido a mente:

A tradição filosófica, de Descartes a Kant, assumiu por garantida uma ordem mentalista de explicação que privilegiou a mente como o lócus nativo e original do uso de conceitos, relegando à linguagem um papel secundário e meramente instrumental, de comunicar aos outros pensamentos já completamente formados em um espaço mental anterior, dentro do indivíduo (2013, p. 15).

Entretanto, a partir do século XX, período no qual ocorrera o giro linguístico (*linguistic turn*), a linguagem deixou de ser entendida a partir de uma perspectiva meramente instrumental para ser vista como fundamento do pensamento e de estados intencionais ou conscientes.

Brandom parte desta segunda perspectiva adotando uma abordagem linguístico-relacional que, em termos gerais, compreende que não é possível estabelecer a primazia da linguagem sobre o pensamento. Para Brandom (2013, p. 15-16), tal perspectiva o afasta de Dummett⁹, que compreendia o pensamento como uma linguagem interna e que o juízo era a internalização de um ato externo de asserção, e o aproxima de Davidson¹⁰, que postula que pensamento e linguagem não podem ser compreendidos independentemente, assim como não é possível estabelecer primazia entre eles.

Nestes termos, Brandom acredita que *crer* e *asserir* são dois lados de uma mesma moeda, tais atividades não são independentes e possuem o mesmo conteúdo conceitual:

8 Intencionalidade pela Mente X Intencionalidade pela Linguagem.

9 Frege's *Philosophy of Language* (1973).

10 *Tought and Talk*, em *Inquiries into Truth and Interpretation* (1984).

Afirmar e crer são duas faces de uma mesma moeda – não no sentido de que toda crença deva ser asserida, nem que toda asserção deva expressar uma crença, mas no sentido de que nem a atividade de crer nem a atividade de asserir são significativas de forma independentemente uma da outra, e que seus conteúdos conceituais sejam essencialmente, e não apenas acidentalmente, capazes de serem os conteúdos indiferentemente de ambas as asserções e crenças (2013, p. 16).

A oposição (4¹¹) se refere à questão: qual o gênero do qual o conceitual é uma espécie? Tradicionalmente, segundo Brandom (2013, p.17-18), o principal conceito da semântica e da epistemologia era o de representação. Nesta tradição, representações conceituais são entendidas como uma classe de representações das quais, e através das quais, somos conscientes. Brandom compreende que a noção de expressão busca subverter esta tradição. Entretanto, o expressivismo romântico (interior se exterioriza quando expreso) não é percebido pelo filósofo como promissor.

O expressivismo proposto por Brandom em *Articulando Razões* não se trata de transformar o que é interno no que é externo, mas em tornar explícito o que está implícito, em outros termos, transformar algo que só podemos fazer (conhecimento prático) em algo que podemos dizer (conhecimento discursivo). Não se deve, salienta Brandom (2013, p. 19), ceder a relação expressiva primitiva entre gesto e sentimento, compreendendo-os individualmente sem considerações de relação entre ambos. O expressivismo proposto pelo autor compreende que as performances linguísticas e os estados intencionais são inteligíveis apenas em termos de sua relação mútua, do compartilhamento de conteúdo conceitual.

Em (5¹²), Brandom (2013, p. 21) explicita que a ideia que norteia seu empreendimento é a de que o que distingue as práticas discursivas das ações das criaturas não usuárias de conceitos (discriminação diferencial de informações do ambiente) é propriamente a articulação inferencial entre conceitos. O autor adota uma perspectiva excepcionalista do conceitual. Exibe um expressivismo racionalista que compreende que expressar algo, torná-lo explícito, é dispô-lo em forma tal que possa, ao mesmo tempo, servir de como requerer razões, ou seja, servir com premissa ou conclusão em inferências.

Segundo Brandom,

Dizer ou pensar *que* as coisas são de tal ou qual modo consiste em assumir um tipo peculiar de compromisso *inferencialmente* articulado: apresentá-lo como uma premissa apta para outras inferências, ou seja, *autorizar* seu uso tal como uma premissa e assumir uma responsabilidade ao qualificar-se a esse compromisso, para reivindicar a própria autoridade sob circunstâncias adequadas, paradigmaticamente,

11 Atividade Conceitual Representacional X Atividade Conceitual Expressiva.

12 Abordagem Intensionalista do Conceitual X Abordagem Inferencialista do Conceitual.

ao exibi-la como a conclusão de uma inferência a partir de outros compromissos para os quais alguém está, ou pode vir a estar, qualificado (2013, p. 22, grifos do autor).

Diante da dualidade (6¹³), Brandom se opõe a teorias representacionistas caracterizadas por um paradigma designativo: relação entre um nome e seu portador ou sua referência. O filósofo compreende que a forma fundamental do conceitual é a proposicional, e o que caracteriza fundamentalmente o uso de um conceito é sua aplicação em asserções, crenças e pensamentos proposicionalmente repletos de conteúdo. Entende-se, segundo Brandom (2013, p. 23), proposicionalmente repleto de conteúdo enquanto desempenhar um papel no raciocínio, ou seja, desempenhar a função de premissa ou de conclusão em inferências. Neste sentido, adota-se uma perspectiva na qual a compreensão do conteúdo conceitual expresso em sentenças são necessárias para a compreensão do tipo de conteúdo expresso em expressões subsentenciais.

Percebe-se então a adoção de uma abordagem descendente (*top-down*), tal abordagem parte das práticas discursivas, sendo essa caracterizada pela aplicação pública de conceitos em declarações. Sendo assim, reitera Brandom (2013, p. 25), o expressivismo, bem como o inferencialismo, exige que se atente para os conteúdos conceituais proposicionais (passíveis de servirem com premissa e conclusão em inferências). Brandom apresenta uma compreensão acerca da linguagem (prática discursiva) que lhe atribui um centro, tal centro é o aspecto proposicional do conteúdo conceitual:

O que torna alguma coisa como uma prática especificamente *linguística* [...] é que ela concede para algumas performances a força ou o significado de *afirmações*, ou compromissos *proposicionalmente* repletos de conteúdo, que podem servir como, e permanecer necessitando de razões. As práticas que não envolvem raciocínio não são práticas linguísticas ou (portanto) práticas discursivas (2013, p. 25, grifos do autor).

Apesar de o autor explicitar claramente a centralidade do proposicional para que um ato de fala seja compreendido efetivamente enquanto uma prática discursiva, ele compreende que fazemos usos distintos da linguagem que não necessariamente garantirão o aspecto proposicional a uma expressão verbal. Esses usos serão, entretanto, necessariamente derivados do uso proposicional. Segundo Brandom (2013),

As práticas linguísticas periféricas utilizam e dependem do conteúdo conceitual forjado no jogo de oferecer e solicitar razões, são parasitárias dele. Afirmar, ser

13 Explicações Semânticas Ascendentes X Explicações Semânticas Descendentes.

capaz de justificar as afirmações de alguém e usá-las para justificar outras afirmações e ações não são apenas um entre outros conjuntos de coisas que alguém pode fazer com a linguagem. Eles não estão em pé de igualdade com outros “jogos” que alguém possa jogar. Eles são o que em primeiro lugar torna possível falar e, portanto, pensar: sapiência em geral (p. 26).

Na oposição (7¹⁴), compromete-se com o holismo semântico. O inferencialismo semântico apresentado por Brandom em *Articulando Razões* se compromete necessariamente com uma perspectiva holística, haja vista que um conceito está articulado inferencialmente com outros conceitos. Para Brandom, dominar um conceito é dominar seu uso no jogo inferencial com outros conceitos, nestes termos, o domínio de um conceito exigirá ao menos o domínio de alguns outros, ou seja, compreende-se que “conceitos devem vir em pacotes” (BRANDOM, 2013, p. 27). Sobre tal tópico (holismo semântico) Brandom afirma que:

Em uma abordagem inferencialista do conteúdo conceitual, não pode haver *qualquer* conceito a menos que haja *muitos* conceitos, pois o conteúdo de cada conceito é articulado por suas relações inferenciais para com outros conceitos (2013, p. 27, grifos do autor).

O atomismo semântico postula que um termo significativo é inteligível independentemente de outros termos. Para exemplificar o absurdo de tal proposição, Brandom faz uso de uma ilustração cartográfica nos seguintes termos: “não é necessário saber seja o que for sobre o que os outros pontos representam ou o que as linhas azuis onduladas representam para entender que um ponto particular representa Cleveland em um mapa” (2013, p. 26). Esta metáfora cartográfica evidencia o quanto tal perspectiva (atomismo semântico) está distante de uma compreensão inferencialista do conteúdo conceitual e a necessidade de recusá-la.

A oposição (8¹⁵) apresenta perspectivas distintas para a questão: o que é expressar? O expressivismo perseguido por Brandom no desenvolvimento do Inferencialismo Semântico se opõe, como já mencionado na dualidade (4¹⁶), ao expressivismo tradicional, entendido a partir do paradigma relacional entre um sentimento interno e um gesto que o externaliza. A proposição do autor reside na compreensão de que expressar algo é conceitualizá-lo: colocá-lo em uma forma conceitual. Sendo assim, estar consciente sobre algo é dispô-lo em forma de um conceito, ou seja, fazer uma declaração de modo que tal ato de fala possa servir como premissa ou conclusão em inferências (BRANDOM, 2013, p. 27).

14 Atomismo Semântico X Holismo Semântico.

15 Expressivismo Tradicional X Expressivismo Racionalista.

16 Atividade Conceitual Representacional X Atividade Conceitual Expressiva.

Vale frisar, entretanto, que ao afirmar tornamos explícito (*know that*) um conteúdo semântico implícito que já dominamos (*know how*), mas também nos comprometemos com outras inferências que permanecem implícitas no jogo inferencial. Nestes termos, realizar inferências a partir de uma afirmação explícita consiste em explorar as relações inferenciais implícitas que articulam seu conteúdo (BRANDOM, 2013, p. 30). Revela-se uma dimensão deontológica (compromissos e direitos).

Na dualidade (9¹⁷) Brandom se afasta do formalismo lógico que compreende que o papel do vocabulário lógico é verificar a validade formal de raciocínios feitos a partir de sentenças. Brandom compreende que a lógica tem o papel de tornar explícitas as inferências materiais implícitas existentes em nosso vocabulário não lógico. Ao declararmos algo sobre o mundo, um conteúdo semântico está sendo explicitado, entretanto, neste processo, estamos também nos comprometendo com uma série de inferências implícitas e autorizando outras tantas.

Segundo Brandom,

De acordo com a abordagem inferencialista do uso de conceitos, ao fazer uma afirmação alguém está implicitamente endossando um conjunto de inferências, as quais articulam seu conteúdo conceitual. [...] Explicitar esse conhecimento prático, as inferências que alguém implicitamente endossou, é colocá-lo na forma de uma afirmação *de que* as coisas são assim e assim. Nesse caso, um recurso expressivo central para fazer isso é fornecido pelo vocabulário *lógico* básico (2013, p. 31, grifos do autor).

Entende-se, nesses termos, que o papel do vocabulário lógico, através de condicionais, quantificadores e negações, é explicitar estas inferências materiais implícitas, facilitando avaliar a adequação de dada afirmação à rede inferencial a qual está articulada e, conseqüentemente, a correção de uma declaração. Nestes termos, o vocabulário lógico tem o papel de tornar público um domínio prático, um saber como (*know how*), em um domínio discursivo, um saber que (*know that*) passível de ser corrigido.

3.3 Principais Escolhas Estratégicas e o Compromisso com a Perspectiva Holística

As oposições binárias expostas acima caracterizam o Inferencialismo Semântico, apresentando as estratégias teóricas adotadas por Brandom, bem como os compromissos e as conseqüências delas oriundas. Alves (2010) e Bavaresco (2012) explicitam o que julgam ser as principais escolhas estratégicas de Brandom na construção do seu modelo inferencialista:

17 Lógica como Representação X Lógica como Expressão.

- a) A estratégia da primazia da pragmática sobre a semântica, porque o uso explica o conteúdo;
- b) A estratégia do expressivismo racionalista, porque a lógica desempenha a função de tornar o que está implícito na ação, explícito no discurso;
- c) A estratégia de proposições que supera o representacionismo, porque são os usos pragmáticos que explicam as expressões subsentenciais;
- d) A estratégia do holismo semântico, pois compreende os conceitos em relação a outros conceitos.

Na pesquisa aqui empreendida, entretanto, o holismo semântico não é compreendido como uma das estratégias adotadas por Brandom. Como já mencionado no início do capítulo, acredita-se que o holismo semântico é uma consequência derivada das estratégias teóricas adotadas por Brandom em seu empreendimento filosófico. Sendo assim, dentre as quatro estratégias apontadas como as principais por Alves (2010) e Bavaresco (2012), considera-se efetivamente enquanto estratégias apenas três delas. Contudo, acredita-se que (a) e (c) são mais relevantes para o objetivo de identificar o compromisso da abordagem inferencialista com uma perspectiva holística.

A estratégia da primazia da pragmática sobre a semântica mostra que o conteúdo semântico está ligado ao significado pragmático, uma vez que as relações semânticas são entendidas em termos de marcação de pontos pragmáticos (*pragmatic scorekeeping*) decorrentes de jogadas bem-sucedidas, ou seja, quando os compromissos, permissões e direitos são atribuídos, aceitos, reconhecidos e assumidos. Neste sentido, explica-se o conteúdo dos conceitos em termos de seus usos, invés de tentar explicar o uso dos conceitos em termos de seus conteúdos. Evidencia-se a relevância da prática ou atividade de aplicar conceitos como fundamental à semântica. O conceito não está ilhado com base nessa compreensão ele está necessariamente em articulação inferencial.

A estratégia de proposições que supera o representacionismo em vez de abordar a significação a partir das partes significativas subsentenciais (*bottom-up*), o que caracterizaria uma perspectiva representacional, explica o conteúdo semântico de uma sentença ou mesmo de uma expressão subsentencial a partir das práticas de aplicação pública de conceitos em proposições (*top-down*). A compressão semântica inferencialista parte das propriedades da inferência para explicar o conteúdo proposicional e, posteriormente, tornam inteligíveis os conteúdos conceituais expressos em expressões subsentenciais. O significado de uma sentença e de seus elementos constituintes será determinado pela aplicação desta em práticas inferenciais.

Para Brandom, compreender um conceito é dominar seu uso no jogo inferencial com outros conceitos, nestes termos, o domínio de um conceito exigirá ao menos o domínio de alguns outros. Essa perspectiva leva necessariamente a uma abordagem holística derivada da escolha de uma ótica pragmática, racionalista e proposicional sobre o conceitual, haja vista que se entende que um conceito está articulado com outros conceitos a partir de práticas linguísticas balizadas por uma pragmática normativa que regimenta processos inferenciais, ou seja, que desempenha um papel de grande relevância no raciocínio.

O Holismo Semântico é compreendido como uma consequência direta da abordagem inferencialista, caracterizá-lo exigiu caracterizar prioritariamente o Inferencialismo Semântico e identificar quais dos fundamentos deste comprometem-no com uma perspectiva necessariamente holística. Acredita-se que a pragmática racionalista e a explicação semântica descendente são estes fundamentos.

4 ANALOGIAS E DESSEMELHANÇAS ENTRE QUINE E BRANDOM: A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA

Posto alguns aspectos gerais acerca das teses holísticas desenvolvidas pelos autores abordados neste trabalho, objetiva-se agora tratar das analogias e dessemelhanças entre tais teses. É pertinente ressaltar, contudo, que apesar da possibilidade de tecer considerações sobre diferentes aspectos de convergência entre Quine e Brandom, dentre eles: recusa ao atomismo semântico, contraposição à abordagem referencialista e adoção de uma perspectiva pragmática, optou-se, neste trabalho, tratar apenas desta última.

Acredita-se que a adoção de uma perspectiva pragmática, em contraposição à abordagem platonista, é um ponto incontestado de semelhança entre as teses desenvolvidas pelos autores de interesse ao tratarem do problema do significado. Neste sentido, tais autores não partilham da compreensão de que exista um conhecimento *a priori* e independente de nosso conhecimento e práticas, discordam que há apenas o uso instrumental da linguagem para o proferimento deste. Compreendem, entretanto, que a aplicação de expressões linguísticas em episódios sociais é que definirá o significado destas. Contudo, nesta similaridade (perspectiva pragmática) também residem aspectos que os diferenciam, uma vez que os fundamentos com os quais cada um dos autores está comprometido em suas respectivas abordagens pragmáticas diferem substancialmente.

4.1 A Pragmática

A pragmática pode ser compreendida como campo de investigação que se debruça sobre a relação entre a linguagem e os seus falantes ou, em outros termos, sobre a linguagem a partir do modo como é usada pelos falantes. Tal compreensão aproxima o campo pragmático de investigação daqueles comumente denominados psicolinguística ou sociolinguística (SANTOS, 2006, p. 607-608).

Para Santos (2006), a pragmática é definida como “disciplina que estuda os aspectos do significado decorrentes do uso que os falantes da linguagem fazem dela” (p. 608), ela se debruça, nestes termos, sobre aspectos que a semântica formal ignora. Contudo, salientam os autores, compreender que o domínio de estudo da pragmática diz respeito àqueles componentes do significado que a semântica formal ignora, implica apenas afirmar que existem fenômenos relativos ao significado que estão fora do escopo de investigação da semântica formal, ou seja, fenômenos que transcendem este escopo. Acredita-se que tais fenômenos são distintos para os autores aqui investigados. Para Quine tais fenômenos estão

circunscritos à dimensão do condicionamento verbal. Brandom, por sua vez, compreende que tais fenômenos se referem à normatividade, às práticas regradas de criaturas discursivas.

4.2 Pragmática em Quine e Brandom: analogias e dessemelhanças

Quine, ainda no prefácio do livro *Palavra e Objeto*, apresenta uma compreensão pragmática e peculiar acerca da linguagem ao afirmar:

A linguagem é uma arte social. Ao adquiri-la, nós dependemos inteiramente das indicações disponíveis intersubjetivamente do que dizer e quando. Assim, não há justificação para cotejar significados linguísticos, a não ser em termos das disposições dos homens a responder publicamente a estimulações socialmente observáveis (2010, p. 13).

Neste fragmento Quine apresenta aspectos que apontam para uma perspectiva pragmática, uma vez que compreende a linguagem enquanto produto social decorrente de treinamento intersubjetivo. O autor ainda demonstra recusa aos significados linguísticos enquanto entidades intermediárias, conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, e salienta seu compromisso com uma abordagem pragmática, mas decididamente empirista, ao acatar significado apenas enquanto significado estimulativo ou significado por estímulo (*stimulus meaning*).

No ensaio *Epistemologia Naturalizada*, Quine também torna explícita sua perspectiva pragmática, ao defender a mediação social necessária à aprendizagem da língua materna, afirmando que:

O tipo de significado básico para a tradução e para a aprendizagem da língua materna é necessariamente o significado empírico e nada mais. Uma criança aprende suas primeiras palavras e sentenças ouvindo-as e empregando-as na presença de estímulos apropriados. Esses estímulos devem ser externos, pois devem atuar tanto sobre a criança como sobre o locutor com quem ela está aprendendo. A linguagem é socialmente inculcada e controlada (1989, p. 97).

Adiante, o autor demonstra adotar uma compreensão acerca do processo de aprendizagem da linguagem que minimiza a relevância de fatores internos ao afirmar que estes podem variar à vontade desde que não interfiram na ajustagem da linguagem ao ambiente físico exterior. Quine argumenta:

Inculcar e controlar dependem estritamente da ajustagem das sentenças à estimulação compartilhada. Fatores internos podem variar *ad libitum* sem prejuízo para a comunicação enquanto não for perturbada a ajustagem da linguagem aos

estímulos externos. Decerto, enquanto se trata da própria teoria do significado linguístico, não se tem outra escolha além da de ser um empirista (1989, p. 97, grifo do autor).

Brandom reconhece essa aproximação (referente à pragmática) entre ele e Quine, bem como também em relação a outros pragmatistas linguísticos, em diferentes pontos do *Articulando Razões*. Ainda na introdução do livro, Brandom afirma:

O segundo Wittgenstein, **Quine** e Sellars (como também Dummett e Davidson) são pragmatistas linguísticos cuja estratégia para chegar ao significado das expressões mediante consideração de seus usos fornece um contrapeso para a abordagem platônica do significado, em termos dos modelos teóricos de Frege, Russel, Carnap e Tarski (2000, p. 17, grifo nosso).

Neste trecho, Brandom demonstra reconhecer o aspecto pragmático dos escritos de Quine acerca do significado, bem como a contraposição deste à abordagem platônica adotada nos modelos desenvolvidos por teóricos como Frege, Russel, Carnap e Tarski. Adiante Brandom volta a referenciar Quine, dentre outros pragmatistas, após tecer considerações sobre a singularidade do próprio empreendimento (inferencialismo semântico).

A principal ideia que anima e orienta esse empreendimento é a de que o que distingue especificamente as práticas *discursivas* das ações das criaturas não usuárias de conceitos é propriamente sua articulação *inferencial*. Falar em conceitos é falar em papéis desempenhados no raciocínio. Os expressivistas românticos originais eram (assim como os pragmatistas, tanto clássicos como contemporâneos) *assimilacionistas* sobre o conceitual. Meu modo de entender uma abordagem expressivista é *excepcionalista*, focando sobre as características distintivas do conceitual como tal. Trata-se de um *racionalismo* pragmatista, ao dar lugar de destaque às práticas de oferecer e solicitar razões, entendendo-as como casos que conferem conteúdo conceitual às atuações, às expressões e estados adequadamente ligados a tais práticas. Desse modo, ela difere da visão de outros teóricos proeminentes que são pragmatistas no sentido de assumirem teorias do significado como uso, tais como Dewey, Heidegger, Wittgenstein, Dummett e **Quine** (2000, p. 21-22, grifos do autor, **grifo nosso**).

Aqui, mais uma vez Brandom faz alusão à dimensão pragmática adotada por diferentes teóricos, dentre eles Quine. Contudo, Brandom passa também a explicitar aspectos que garantirão a diferenciação do seu empreendimento quando comparado aos modelos desenvolvidos pelos demais pragmatistas citados. O aspecto que garante tal diferenciação é a abordagem excepcionalista que o autor adota para tratar do conceitual. A abordagem excepcionalista, ao qual o autor se refere, está alicerçada sobre um pragmatismo racionalista caracterizado pelas práticas de oferecer e solicitar razões (práticas inferenciais), sendo estas as práticas responsáveis por conferir conteúdo conceitual às expressões linguísticas.

Observa-se que, conforme afirma Brandom:

O *racionalismo* se encontra no centro dessa abordagem: o lugar preeminente é dado à articulação especificamente *inferencial*, para desempenhar um papel nas práticas de oferecer e solicitar *razões*. Ela fornece a resposta que ofereço para a questão de como demarcar o característico reino do *conceitual*. Uma prática especificamente *linguística* é escolhida (e reconhecida como discursiva) por sua incorporação de práticas inferenciais e assertóricas: atribuir e assumir compromissos para a propriedade de fazer certos movimentos e ocupar certas posições cujos conteúdos são determinados por seus lugares nessas práticas. O *pragmatismo racionalista* resultante é distinto, sobretudo, a respeito de outros pragmatistas semânticos, tais como Dewey, Heidegger, Wittgenstein, **Quine** e Rorty (2000, p. 34-35, *grifos do autor, grifo nosso*).

Neste fragmento, Brandom volta a demarcar sua compreensão do conceitual a partir da incorporação de práticas inferenciais que balizam os movimentos dos interlocutores em práticas linguísticas discursivas. Brandom referencia tais autores com o intuito de estabelecer uma linha limítrofe entre as abordagens desenvolvidas por eles e o empreendimento que o mesmo persegue, como citado ainda no segundo capítulo, tratar do conceitual enquanto tal, de sua natureza. Essa linha se refere, dentre outros aspectos, à abordagem não assimilacionista ou excepcionalista do conceitual.

O apelo à dimensão inferencial, segundo Brandom, equivalente a oferecer e solicitar razões, é uma característica fulcral da tese holística brandomiana. Quine, contudo, parece não compreender o conceitual a partir de uma abordagem excepcionalista, não parece distingui-lo da linguagem ordinária, ou seja, aborda-o a partir de um viés assimilacionista¹⁸. Segundo Quine (2010),

Há muitos motivos para investigar o pano de fundo sensório ou estimulatório da fala ordinária das coisas físicas. O engano ocorre somente quando se procura um subfundamento implícito da conceitualização, ou da linguagem. Conceitualização em qualquer escala considerável é inseparável da linguagem, e nossa linguagem ordinária das coisas físicas é quase tão básica quanto a linguagem consegue ser (p. 23).

18 Sabe-se que a contraposição assimilacionismo/excepcionalismo apresentada por Brandom se refere principalmente às abordagens possíveis sobre as práticas discursivas em relação às ações das criaturas não usuárias de conceitos. Uma abordagem assimilacionista busca abordar tal relação aproximando-as, buscando elementos em comum. Uma abordagem excepcionalista, no entanto, busca salientar elementos distintos entre ações de criaturas usuárias de conceitos e criaturas não discursivas. O fato de Quine abordar o comportamento verbal utilizando, em última instância, um aparato metodológico oriundo da psicologia behaviorista, permite-nos afirmar que o autor aborda a questão a partir de uma perspectiva assimilacionista.

Este trecho sugere que Quine não distingue a conceitualização, o que pode ser entendido como o desenvolvimento ou o uso de conceitos, da linguagem ordinária. O autor aborda a aquisição da linguagem ordinária a partir de uma perspectiva naturalista balizada pela psicologia empírica de base behaviorista¹⁹. A fim de explicitar a abordagem assimilacionista de Quine investigaremos brevemente a compreensão quineana acerca do desenvolvimento da linguagem.

Quine (2010) sugere “[...] refletir sobre nossa fala dos fenômenos físicos como fenômenos físicos” (p. 26). Para o autor, a linguagem mais complexa, teórica ou abstrata está alicerçada sobre a linguagem ordinária acerca das coisas físicas. Segundo Quine (2010), “nós estamos limitados na forma de iniciar mesmo se não estivermos limitados em como podemos terminar” (p. 25).

Para o autor, somos iniciados no uso de palavras nos seguintes termos:

Cada um de nós aprende sua linguagem de outras pessoas, por meio da pronúncia observável de palavras em circunstâncias intersubjetivas conspícuas. Linguisticamente e, logo, conceitualmente, as coisas focadas com precisão são coisas que são suficientemente públicas para serem comentadas publicamente, suficientemente comuns e conspícuas para serem comentadas frequentemente, e suficientemente próximas para serem sentidas de forma a serem rapidamente identificadas e aprendidas pelo nome; é a isto que palavras se aplicam primeiramente e prioritariamente (2010, p. 21).

A relevância do caráter público e objetivo para a aprendizagem da linguagem fica explícita a partir dos exemplos utilizados pelo autor na aprendizagem de alguns termos específicos. No caso da expressão “Ai”, por exemplo, considerada pelo autor como uma frase de uma única palavra, as ocasiões corretas para o seu proferimento são aquelas acompanhadas de estimulação dolorosa. Segundo Quine (2010), “tal uso da palavra, assim como o uso correto da linguagem em geral, é inculcado pela sociedade no indivíduo pelo treino” (p. 26). O método utilizado no treinamento em questão é, em linhas gerais, recompensar a enunciação de “Ai” quando emitida juntamente a alguma evidência de desconforto súbito ou em decorrência de alguma estimulação aversiva pública, e de penalizar a emissão de tal resposta

19 Refere-se ao segmento da psicologia que tem como objeto de estudo o comportamento, seja o comportamento humano ou àquele emitido por animal não humano. O comportamento é compreendido como contínuo adaptativo, ou seja, como produto da interação entre organismo e ambiente. Nestes termos, o comportamento verbal será analisado a partir de um olhar funcional sobre as relações estabelecidas entre os três elementos constitutivos do comportamento operante, conforme apresentado anteriormente: o estímulo discriminativo (S_D), a resposta (R) e a consequência (C).

verbal caso o emissor da resposta esteja incólume e aparentemente sereno (QUINE, 2010, p. 26).

O proferimento do termo “Vermelho”, por sua vez, mesmo que mediado pelo questionamento de um interlocutor sobre qual a cor de dada superfície, é apropriado apenas em ocasião de efeitos fotoquímicos distintivos em nossa retina em decorrência do impacto da luz vermelha. Neste caso, o treinamento consistiria em recompensar tal enunciação caso o falante seja visto olhando para algo vermelho e puni-lo caso esteja olhando para uma superfície de coloração distinta (QUINE, 2010, p. 26-27).

Nos exemplos abordados acima, a aprendizagem de uma frase como totalidade fora condicionada diretamente à estimulação sensorial específica, contudo, Quine (2010) afirma que “a maioria das frases é, ao contrário, construída a partir de partes já aprendidas, por analogia com a maneira pela qual tais partes foram vistas previamente ocorrer em outras frases, que podem ou não terem sido aprendidas como totalidades” (p. 30). Quine pondera que muito pouco seria possível de ser dito caso nossa aprendizagem da linguagem estivesse restrita apenas a tais estágios, a saber: 1) aprender como totalidades pelo condicionamento direto delas a estimulações não verbais apropriadas; e 2) enunciando novas frases a partir das primeiras por substituição analógica. Se assim fosse, a fala seria restrita ao mero relatar de dados dos sentidos (QUINE, 2010, p. 31).

Para que a linguagem venha a transcender os limites do relatar essencialmente fenomenalista, fazem-se necessárias associações intraverbais que garantirão o uso de novas frases sem necessariamente ligá-las a quaisquer extensões fixas de estímulos não verbais (QUINE, 2010, p. 32). Quine exemplifica tal característica do discurso teórico a partir do seguinte exemplo: “alguém mistura os conteúdos de dois tubos de ensaio, observa um matiz verde, e diz ‘Havia cobre nela’” (2010, p. 32). Conforme argumenta o autor, neste exemplo a enunciação da frase “Havia cobre nela” é produto de estimulação não verbal, mas não exclusivamente dela. Para que a estimulação não verbal (matiz verde) seja suficiente para que produza tal enunciação se faz necessário uma “rede anterior de associações de palavras com palavras; a saber, o próprio aprendizado da teoria química” (QUINE, 2010, p. 32). Sobre este tópico Quine acrescenta:

Aqui, assim como no estágio primitivo de (1) e (2)²⁰, a frase é provocada por um estímulo não verbal; mas aqui, em contraste àquele estágio primitivo, a rede verbal de uma teoria articulada interveio para ligar o estímulo com a resposta [...] A teoria como um todo – neste caso, um capítulo da química, mais adjuntos relevantes da lógica e de outros lugares – é uma trama de frases associadas de formas variadas umas às outras e a estímulos não verbais pelo mecanismo de resposta condicionada (2010, p. 32-33).

Neste trecho Quine apresenta sua compreensão holística acerca da linguagem. Tal compreensão é comumente ilustrada a partir da figura de uma rede ou mesmo de uma estrutura de pedras que sobrepostas formam um arco, no qual as pedras fincadas ao solo, ou ao menos próximas a ele, são enunciados do tipo (1) e (2), enquanto as pedras que estão mais acima são os enunciados mais teóricos.

Segundo Quine (2010), a frase “Havia cobre nela” se configura enquanto uma pedra ou um bloco superior, junto a outros enunciados como “O óxido de cobre é verde”. Já o enunciado “A substância se tornou verde” seria considerado uma pedra fundamental, sendo ela diretamente condicionada à estimulação sensorial oriunda do experimento. A cadeia de frases que liga “Havia cobre nela” à “A substância se tornou verde” é, segundo Quine, composta por etapas não expressas ou expressas esquematicamente em nível subvocal. Contudo, Quine acrescenta que algumas etapas podem ser puladas “conforme a teoria se torna algo natural” (2010, p. 34), característica que, salienta o autor, excede a analogia do arco. Tal característica é definida pelo autor como transitividade do condicionamento. Quine ainda apresenta outro ponto relevante que também excede a analogia do arco, a distinção entre frases de ocasião e frases eternas:

Outro ponto que excede a analogia do arco é a diferença entre frases de ocasião como “Havia cobre nela”, verdadeira para cada uma de várias ocasiões experimentais, e frases eternas como “Óxido de cobre é verde”, verdadeira sempre. A frase de ocasião é expressa pelo químico de tempos em tempos. A frase eterna pode muito bem ser expressa por ele apenas uma vez [...] As eternas tendem, em sua maioria, a desaparecer sob a transitividade do condicionamento, não deixando qualquer traço a não ser implicitamente na modelação do condicionamento de frases residuais (2010, p. 34).

A tendência de algumas frases atuarem apenas implicitamente na modelação do condicionamento de frases residuais pode, talvez, ser compreendida enquanto uma dimensão normativa da abordagem empirista e pragmática de Quine acerca da linguagem, uma vez que

20 Referem-se aos estágios primitivos abordados dois parágrafos acima, a saber: 1) aprender como totalidades pelo condicionamento direto delas a estimulações não verbais apropriadas; e 2) enunciando novas frases a partir das primeiras por substituição analógica.

elas atuarão como estimulação verbal para o assentimento (reforçamento) ou dissentimento (punição) de enunciações específicas. Nestes termos, parece que Quine tenta abordar, a partir das leis do condicionamento, relações funcionais existentes entre frases que são, em alguma medida, similares às relações inferenciais abordadas por Brandom ao tratar de conceitos. Sendo assim, não é observado um caráter excepcional no tratamento que Quine faz das associações entre frases e da linguagem ordinária, o que confirma a afirmação de que o mesmo seria, de fato, assimilacionista.

Observa-se, segundo o que fora apresentado até então, que Quine compreende que:

Palavras podem ser aprendidas como parte de frases mais longas, e algumas palavras podem ser aprendidas como frases de uma só palavra por meio de ostensão direta de seus objetos. Em qualquer um dos casos, palavras significam somente enquanto seu uso em frases é condicionado a estímulo sensorial, verbal ou outro. Qualquer teoria realista da evidência tem de ser inseparável da psicologia estímulo e resposta, aplicada a frases (2010, p. 40).

Uma vez que se sabe que a abordagem adotada por Quine está balizada por preceitos behavioristas, entende-se que o autor compreende que expressões linguísticas se tornam significativas a partir do condicionamento verbal decorrente do uso destas expressões por indivíduos que compõem uma comunidade verbal. Assim sendo, indivíduos suscetíveis a reforçamento social, ou seja, suscetíveis ao reforçamento mediado por outros indivíduos.

A abordagem empirista subjacente à perspectiva pragmática de Quine é também um aspecto que o distancia de Brandom. O fragmento abaixo corrobora tal afirmação. Nele, Brandom mais uma vez cita Quine, contudo, não mais se refere à dimensão pragmática. Dedicar-se, no entanto, a apontar a associação de autores como Russel, Carnap e Quine com o empirismo, ao passo que se compromete em apresentar uma forma de pensar sobre tópicos como conhecimento, mente e significado livre dos compromissos empiristas, até então hegemônicos.

O empirismo tem sido a fé combatente e o princípio organizador da filosofia no mundo onde a língua inglesa é predominante desde pelo menos o tempo de Locke. Sua forma peculiar no século XX, desenvolvida por pensadores como Russel, Carnap e **Quine**, une-se à insistência clássica sobre a origem do conhecimento na experiência com ênfase no papel crucial desenvolvido pela *linguagem* e pela *lógica*. Uma meta crucial deste livro é introduzir uma maneira de pensar sobre esses últimos tópicos – e assim sobre significado, mente e conhecimento – que oscilam livremente do contexto dos compromissos empiristas que moldaram a discussão dentro dessa tradição (2000, p. 35, **grifo nosso**, *grifos do autor*).

Apesar dos aspectos aqui abordados que distanciam os autores, especificamente à abordagem assimilacionista de Quine em contraposição à excepcionalista de Brandom, bem como os fundamentos empiristas subjacentes ao Holismo Semântico de Quine em contraponto aos racionalistas que fundamentam o Inferencialismo Semântico de Brandom, observa-se que aspectos fulcrais para a compreensão inferencial do conceitual podem ser observados na abordagem pragmática de Quine. Dentre tais aspectos, destacam-se o treinamento intersubjetivo e as intervenções correccionais que dele derivam, bem como a classificação conceitual (possibilidade de estabelecer relações entre conceitos em classes simétricas ou assimétricas e em relações de compatibilidade e incompatibilidade). Termos como assentimento e dissentimento podem ser abordados a partir de analogias com os termos reforçamento e punição, ao passo que a classificação conceitual é passível de ser abordada em termos de equivalência entre estímulos.

Aspectos correccionais (dissentimento ou punição) são compreendidos por ambos como de grande relevância para estabelecer o uso assertivo de expressões linguísticas. Brandom aborda este tópico a partir de uma compreensão racionalista, eminentemente a partir do conceito de normas/regras ou do papel das normas para o raciocínio, ou seja, a partir de sua dimensão inferencial. Quine, por sua vez, aborda-o a partir do condicionamento. O conceito regra também compõe o vocabulário behaviorista, contudo, é pertinente analisar se tal conceito é aplicado a fim de explicitar episódios sociais similares aos descritos na teoria de Brandom.

O behaviorismo comumente trata do conceito regras ao investigar um tipo de comportamento singular, o comportamento governado por regras. Esse conceito faz alusão a comportamentos que são instalados sem que o indivíduo que se comporta tenha sido submetido a ambiente físico específico capaz de fortalecer ou enfraquecer a probabilidade de ocorrência do comportamento em questão. Tal comportamento fora, por sua vez, instalado apenas a partir de descrição contingencial apresentada por um interlocutor, sendo tal descrição compreendida enquanto uma regra.

Imaginemos a possibilidade de uma criança saltar de um lugar alto que apresenta grande probabilidade de que ela irá se machucar gravemente. Em uma circunstância trivial de instalação do comportamento, a criança poderia saltar, não se machucar e se divertir imaginando ser um super-herói ou simplesmente um combatente. Tal consequência teria grande probabilidade de aumentar as chances com que a criança voltará a emitir tal comportamento, ou seja, seria uma consequência reforçadora. Outra possibilidade também

trivial é a criança saltar, machucar-se seriamente e ainda ser punida por responsáveis, tal consequência seria punitiva e provavelmente reduziria as chances do salto voltar a ocorrer.

A circunstância que classificariamos como comportamento governado por regra seria, contudo, àquela em que houvesse a intervenção de um interlocutor que viesse a descrever consequências possíveis do comportamento de saltar de grande altura. Nessa circunstância a criança não seria afetada pelas potenciais consequências, a descrição destas seria suficiente para que ela abortasse a ação de saltar. Neste caso, o que viria a ser alterado é a suscetibilidade da criança a descrições futuras deste interlocutor.

Acredita-se, contudo, que as normas ou as regras apresentadas na teoria de Brandom não se referem a este tipo de episódio social, mas às circunstâncias de assentimento ou dissentimento diante do proferimento de sentenças específicas, tais circunstâncias (assentimento ou dissentimento) são balizadas por normas tacitamente partilhadas pelos indivíduos de uma comunidade.

Estes casos não se tratam apenas de intervenções descritivas de contingências possíveis, mas do consequenciamento social propriamente dito, ou seja, o assentimento ou o dissentimento do interlocutor se configuram enquanto consequências (reforçadoras ou punitivas) que alterarão a probabilidade de emissão do proferimento em questão. Sendo assim, um assentimento poderia, com base em uma compreensão da psicologia empírica, ser compreendido enquanto uma consequência reforçadora, ao passo que um dissentimento, viria a ser uma punição. Observa-se nestes termos que, pelo menos à primeira vista, o caráter normativo pode ser analisado em termos de condicionamento verbal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou estabelecer um diálogo introdutório entre Quine e Brandom a partir de suas respectivas teses holísticas. Levantou-se a hipótese de que seriam identificadas semelhanças entre os modelos que possibilitariam adotar a compreensão inferencial brandomiana para analisar o Holismo Semântico de Quine. Conjecturou-se ainda a possibilidade de demonstrar o caráter moderado ou mitigado do sistema holístico quineano ao aproximá-lo da compreensão apresentada por Brandom, uma vez que o primeiro conserva o caráter empírico na noção de sentenças observacionais, sentenças significativas e independentes.

Quanto à tese desenvolvida por Quine, observou-se ser possível abordar seu desenvolvimento a partir de duas vias distintas e complementares. A primeira derivada da rejeição do autor à distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e ao reducionismo semântico. A segunda tomando por base a tese da inescrutabilidade da referência. O percurso exposto neste trabalho buscou demonstrar a perspectiva holística subjacente à compreensão quineana acerca do desenvolvimento de um sistema linguístico, bem como para afirmação ou negação deste.

Notou-se que o holismo proposto por Quine surge em contraposição ao ideal reducionista, tanto no que se refere ao caráter epistêmico quanto semântico. Uma vez que é entendido que sentenças teóricas isoladas não são passíveis à testagem empírica, faz-se necessários blocos de sentenças teóricas para ser possível a verificação empírica. Ao passo que, compreende-se também que sentenças isoladas não são significativas independentemente das demais sentenças constituintes de um sistema linguístico específico, exceto as sentenças observacionais.

Observou-se que, apesar da crítica de Quine ao reducionismo, o autor compreende que a única via viável e segura para a confirmação ou negação de um bloco de sentenças é a experiência sensível. Nestes termos, considera-se impossível verificar a validade de sentenças teóricas sem o auxílio de sentenças observacionais, o que evidencia a perspectiva holística e empirista subjacente à teoria linguística de Quine.

O Holismo Semântico em Quine é desenvolvido fundamentalmente a partir de sua oposição ao empreendimento reducionista, contudo, apesar de ser contrário ao reducionismo, o filósofo defende a existência de sentenças cujo significado é independente de outras sentenças, as sentenças observacionais. Esse aspecto caracteriza a dimensão moderada da perspectiva holística quineana.

Quanto à tese apresentada por Brandom, observou-se que as ocorrências do termo Holismo Semântico e seus correlatos sugerem que tal perspectiva não é apresentada pelo autor como uma das estratégias deliberadamente adotadas para o desenvolvimento do Inferencialismo Semântico, mas sim uma consequência direta dessa abordagem. Tal compreensão implicou necessidade de identificar o que caracteriza o Inferencialismo Semântico como uma abordagem necessariamente holística e quais estratégias revelam o compromisso com esta perspectiva.

Para Brandom, compreender um conceito é dominar seu uso no jogo inferencial com outros conceitos, nestes termos, o domínio de um conceito exigirá ao menos o domínio de alguns outros. Essa perspectiva leva necessariamente a uma abordagem holística derivada da escolha de uma ótica pragmática, racionalista e proposicional sobre o conceitual, haja vista que se entende que um conceito está articulado com outros conceitos a partir de práticas linguísticas balizadas por uma pragmática normativa que regimenta processos inferenciais.

O Holismo Semântico é compreendido como uma consequência direta da abordagem inferencialista. Caracterizá-lo exigiu caracterizar prioritariamente o Inferencialismo Semântico e identificar quais dos fundamentos deste comprometem-no com uma perspectiva necessariamente holística. Acredita-se que a pragmática racionalista e a explicação semântica descendente são estes fundamentos.

Abordados os aspectos gerais acerca das teses holísticas objetivou-se, por fim, tratar das analogias e dessemelhanças entre tais teses. Optou-se por eleger a perspectiva pragmática como dimensão a ser analisada para este fim. A adoção de uma perspectiva pragmática, em contraposição à abordagem platonista, fora identificada como ponto incontestado de semelhança entre as teses analisadas. Contudo, observou-se que nesta similaridade (perspectiva pragmática) também existem aspectos que diferenciam significativamente as abordagens desenvolvidas pelos autores, uma vez que os fundamentos com os quais cada um deles está comprometido em suas respectivas abordagens pragmáticas diferem substancialmente.

Foram abordados aspectos que distanciam os autores, especificamente à abordagem assimilacionista de Quine em contraposição à excepcionalista de Brandom, bem como os fundamentos empiristas subjacentes ao Holismo Semântico de Quine em contraponto aos racionalistas que fundamentam o Inferencialismo Semântico de Brandom. Contudo, observou-se que aspectos fulcrais para a compreensão inferencial do conceitual puderam ser observados na abordagem pragmática de Quine. Dentre tais aspectos, foram destacados o treinamento intersubjetivo e as intervenções correcionais que dele derivam, bem como a classificação conceitual, ou seja, a possibilidade de classificar relações entre conceitos em classes

simétricas ou assimétricas e em relações de compatibilidade e incompatibilidade. O exemplo do experimentador que enuncia “Havia cobre nela”, trazido por Quine, parece elucidativo no que tange a este aspecto. Termos como assentimento e dissentimento foram abordados a fim de equipará-los aos termos reforçamento e punição, ao passo que fora apontada a possibilidade da classificação conceitual ser abordada em termos de equivalência entre estímulos.

Suscitou-se a possibilidade de que a tendência de algumas frases atuarem apenas implicitamente na modelação do condicionamento de frases residuais viesse a ser compreendida enquanto uma dimensão normativa da abordagem empirista e pragmática de Quine acerca da linguagem, uma vez que estas frases atuariam como estimulação verbal para o assentimento (reforçamento) ou dissentimento (punição) de enunciações específicas. O que, em certa medida, pode ser entendido como um compartilhamento tácito de regras. Nestes termos, acredita-se que Quine tenta abordar, a partir das leis do condicionamento, relações funcionais existentes entre frases que são, em alguma medida, similares às relações inferenciais abordadas por Brandom ao tratar de conceitos.

Diante do exposto, acredita-se que este trabalho contribuiu para derrubar ao menos uma fileira de tijolos do muro que separa a abordagem empirista da abordagem racionalista. Contudo, sabe-se que este trabalho ainda é incipiente, devendo ser aprofundado e aperfeiçoado a fim de tentar compreender qual o espaço destinado à razão em abordagens como as desenvolvidas por Quine. Em termos mais genéricos, compreender qual o espaço destinado à razão em uma abordagem behaviorista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa. O Inferencialismo de Robert Brandom e a Rejeição da Análise da Significação em Termos de Referência. **PERI**, v. 02, n. 02, p. 1-14, 2010.

BAVARESCO, Agemir. Pragmatismo Semântico: modelo, estratégias e história do projeto filosófico de Robert Brandom. **Cognitio-Estudos**, Vol. 8, nº. 2, julho-dezembro, 2011, p. 074-085. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8236>>. Acessado em: 21 ago. 2016.

_____. Silogismo Hegeliano e Inferencialismo em Brandom. **Cognitio**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2012.

BRANDOM, Robert B. **Articulando Razões**: uma introdução ao inferencialismo / Robert B. Brandom; tradutor Agemir Bavaresco (et al). Porto Alegre: EdUPUCRS, 2013.

BRANDOM, Robert B. **Making It Explicit**: reasoning, representing, and discursive commitment. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidário; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. A Filosofia de Quine. In: **Os Filósofos**: clássicos da filosofia vol. III de Ortega y Gasset a Vattimo. Rio de Janeiro: PUC – Vozes, 2009. Disponível em: <<https://marcosbulcao.wordpress.com/2010/05/24/a-filosofia-de-quine/>>. Acessado em: 20 ago. 2016.

QUINE, Willard Van Orman. A Relatividade Ontológica. In: Os Pensadores: **Ryle / Austin / Quine / Strawson**. Tradução de Oswaldo Porchat Pereira da Silva e Andréa Maria Altino de Campos Lopairé. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p. 68-90.

_____. Dois Dogmas do Empirismo. In: **De um Ponto de Vista Lógico**: nove ensaios lógico-filosóficos / Willard Van Orman Quine; Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 37-71.

_____. Epistemologia Naturalizada. In: Os Pensadores: **Ryle / Austin / Quine / Strawson**. Tradução de Oswaldo Porchat Pereira da Silva e Andréa Maria Altino de Campos Lopairé. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p. 91-103.

_____. Falando de Objetos. In: Os Pensadores: **Ryle / Austin / Quine / Strawson**. Tradução de Oswaldo Porchat Pereira da Silva e Andréa Maria Altino de Campos Lopairé. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p. 51-65.

_____. Linguagem e Verdade. In: **Palavras e Objeto** / Willard Van Orman Quine; tradução de Sônia Inês Alborno Stein. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 21-49.

_____. Tradução e Significado. In: **Palavras e Objeto** / Willard Van Orman Quine; tradução de Sônia Inês Alborno Stein. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 50-112.

SÂÁGUA, João. Holismo. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidário; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 386-387.

SANTOS, Daniel Ramos dos. Indeterminação da Tradução, Pragmatismo e Holismo Semântico em Willard Quine. **Interdisciplinar**, Ano 5, v. 10, n. especial 2010 – ISSN 1980-8879 | p. 151-162. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8236>>. Acessado em: 20 ago. 2016.

SANTOS, Pedro. Pragmática. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidário; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 607-609.

SILVA, Marcos. Holismo e Verofuncionalidade: sobre um conflito lógico-filosófico essencial. **Philosophos**, Goiânia, v.18, n. 2, p. 167-200, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/6117469/2013Philosophos_HOLISMO_E_VEROFUNCIONALIDADE SOBRE UM CONFLITO_L%C3%93GICO-FILOS%C3%93FICO_ESSENCIAL>. Acessado em: 20 ago. 2016.

STEIN, Sofia Inês Albornoz. A Dimensão Metafísica da Inescrutabilidade da Referência. **Filosofia Unisinos**, 7(2), p. 184-204, mai./ago. 2006.

_____. **A Construção da Linguagem e do Mundo**: aproximações entre as obras de Carnap e Quine. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2002.

VELLOSO, Aracelli Rosich Soares. **Os Dois Caminhos Que Levam Ao Holismo "Moderado" De Quine**, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/13381537/OS_DOIS_CAMINHOS_QUE_LEVAM_AO_HOLISMO_MODERADO_DE_QUINE>. Acessado em: 20 ago. 2016.